

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

56.^a Reunião
(10 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 18 horas e 21 minutos.

Procedeu-se à audição do Dr. Henrique José Sousa Neto (Empresário e ex-Deputado), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), José Magalhães (PS), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Mariana Mortágua (BE).

O Presidente encerrou a reunião eram 21 horas e 3 minutos.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 21 minutos.

Sr.^a Deputada e Srs. Deputados, vamos dar início à audição do Sr. Dr. Henrique Neto, que, como sabem, tomou, em primeira instância, iniciativa própria de se dirigir à Comissão, mostrando, por um lado, a intenção de ser ouvido na sequência de declarações que fez neste Parlamento sobre este assunto das contrapartidas, declarações essas que foram distribuídas e a que os Srs. Deputados têm acesso, porque eu dei conhecimento aos Srs. Deputados das *atas* que existem e que, penso, são da Comissão de Economia, se não estou em erro, e que foram, obviamente, distribuídas com a gestão do espólio desta Comissão e foi dado conhecimento desse facto aos Srs. Deputados, e, por outro lado, fazendo um conjunto de sugestões, designadamente de audições, que nós, entretanto, fomos realizando e que já estavam algumas previstas e outras foram marcadas, entretanto, e já realizadas todas elas, designadamente em relação à empresa Escom.

Por último, dizia-nos o Sr. Henrique Neto que considerava que algumas das declarações aqui proferidas mereceriam contestação da sua parte – e estou só a relembrar o texto da sua carta e penso que estou a ser rigoroso -, designadamente as declarações proferidas pelo Srs. ex-Ministros Luís Amado e Álvaro Santos Pereira.

Na sequência desse pedido, depois de uma discussão inicial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista formalizou esse mesmo pedido de audição, que foi aprovado, e aqui temos, então, o Sr. Dr. Henrique Neto para ser ouvido pela Comissão.

Sr. Doutor, se acompanhou - e seguramente acompanhou, porque senão não teria mandado a carta que nos mandou -, sabe que qualquer depoente na Comissão tem, se pretender, a possibilidade de fazer uma declaração inicial.

Pergunto-lhe se a quer fazer e caso queira fazer, o tempo previsto, como lhe foi comunicado, são 10 minutos. Normalmente, no entanto, eu próprio e a Mesa teremos alguma tolerância e, portanto, não lhe irei cortar a palavra se exceder esses 10 minutos, pedindo-lhe, obviamente, que não fossem nem 20, nem 30, ou seja, se precisar de exceder esse tempo que seja ligeiramente.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto** (Empresário e ex-Deputado): - Não vou precisar de exceder!

O Sr. **Presidente**: - Então, tem a palavra, Sr. Dr. Henrique Neto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Muito boa tarde.

Começaria por agradecer terem-me recebido aqui, hoje, na medida em que, como disse, foi por minha iniciativa.

A declaração é realmente curta e começarei por explicar as razões por que envolvi a minha empresa no projeto das contrapartidas, apesar de reconhecer os riscos que este tipo de projetos, que envolvem o Estado, têm entre nós.

A Iberomoldes, SA, iniciou a sua atividade em 1975 na produção e exportação de moldes para a injeção de matérias plásticas. Ao longo dos anos evoluiu em novas áreas de atividade, nomeadamente na criação da SET (*Simultaneous Engineering Technology*), empresa de engenharia

dedicada a desenhar e a produzir protótipos para novos produtos nacionais e internacionais.

Seguidamente, fundámos a Iberoleff, SA, uma das melhores empresas europeias na produção de sistemas para o setor automóvel, e mais à frente compreenderão por que é que começo com isto.

À época o objetivo seguinte para subir na cadeia de valor era entrar no setor aeronáutico, em particular produzir moldes e sistemas de *composites* de fibras de carbono e contribuir para o desenvolvimento em Portugal de um verdadeiro setor aeronáutico - esta era a intenção.

Com esse objetivo, a convite do então IPE, aceitámos entrar numa sociedade com a OGMA e a empresa privada M. Pousada para fundar a Listral, empresa que, durante cinco anos, se dedicou à montagem de um avião bimotor exportado para a empresa suíça Pilatus.

Como consta da documentação que vos deixarei, fomos espoliados pelo Estado português desta nossa participação com o argumento, certamente irónico, de que as OGMA teriam falta de trabalho devido à não concretização das contrapartidas previstas.

Aqui, abria uns parênteses apenas para comentar e dizer o seguinte: eu estava lá fora e ouvi o Sr. Comandante Gil Figueira que me antecedeu e fiquei surpreendido, para não dizer ofendido, por o Sr. Comandante ter aqui defendido que a economia portuguesa é uma economia pequena e não teria capacidade para produzir, ou para fazer, ou para exportar aquilo que, entre helicópteros e submarinos, seriam 3000 milhões.

Bom, a exportação portuguesa anual, na altura, já eram mais de 30 000 milhões e as contrapartidas não eram para fazer num ano, mas era para fazer em cinco – aliás, quem nos dera que fosse em 10.

Portanto, foi uma afirmação claramente falaciosa, para além do facto de as empresas portuguesas, como a minha, estarem desejosas, como a

OGMA, tal como aqui refiro, que as contrapartidas fossem realizadas porque tinham falta de trabalho. Nós, não; mas a OGMA tinha.

Foi ainda com este objetivo estratégico de procurar ter acesso a tecnologias de projeto e de produção de *composites* que prevíamos vir a ter grande desenvolvimento no futuro na aeronáutica, e provavelmente mais tarde, no setor automóvel - já aí andam automóveis praticamente fabricados todos em *composites*, digamos, em plásticos -, que aceitámos, depois de muitas insistências do Dr. Miguel Horta e Costa da empresa Escom, participar, com outras empresas portuguesas, algumas indicadas por nós, no processo das contrapartidas primeiro dos helicópteros e depois dos submarinos.

No início, antes de serem escolhidas pelo Estado português as empresas fornecedoras dos equipamentos militares, tudo correu bem. Tivemos várias reuniões com as empresas EHI, AgustaWestland e Ferrostaal AG, fizemos com os nossos técnicos diversas visitas a essas empresas e pude mesmo visitar, no Canadá, por influência da AgustaWestland, uma das maiores e melhores empresas mundiais fornecedoras de componentes (*composites*) destinados à indústria aeronáutica, em particular para a Airbus e a Boeing.

Durante este período, funcionámos (a nossa empresa), mesmo em grande medida, como consultores da Escom na definição do programa das contrapartidas.

Tudo mudou após a realização dos contratos entre o Estado português e as referidas empresas: deixámos de ser contactados pela Escom e pelos fornecedores dos equipamentos e, apesar das nossas insistências, telefónicas e por escrito durante meses e anos, pudemos verificar que havia uma determinação de todos – Escom, fornecedores dos equipamentos e Comissões das Contrapartidas – para adiar, aumentar a entropia do sistema

e atrasar, de todas as formas, o avanço da execução das contrapartidas, mas também evitar qualquer clarificação.

A Escom justificava-se com a inoperância das Comissões em aceitar as suas propostas, as Comissões com o desconhecimento e complexidade dos contratos, sempre de forma obscura, por vezes mesmo irracional.

Foi a partir da constatação de que não havia nenhuma vontade dos diferentes intervenientes de executar os contratos, que iniciámos um processo de protesto público junto da Escom, da Assembleia da República, do Presidente da República, dos Ministros da Economia, da Defesa, da Ciência e Tecnologia, além das intervenções possíveis nos meios de comunicação.

Relativamente às Comissões de Acompanhamento das Contrapartidas todas tiveram comportamentos aparentemente inexplicáveis, se usarmos a ótica da vontade de defender o interesse nacional.

Quanto à primeira Comissão com quem contactámos, levámos meses para ser recebidos pelo Sr. Presidente, Dr. Brandão Rodrigues, o que só veio a acontecer sob a nossa ameaça de divulgação pública de que a Comissão não tinha nenhuma existência, para, durante a reunião, que acabamos por ter, nos ter sido aconselhado a não gastarmos muito tempo com o assunto, dado não haver meios nem condições para fazer grande coisa. A ação desta Comissão pautou-se, de facto, pela inexistência.

A segunda Comissão com quem trabalhamos, dirigida pelo Eng.º Rui Neves, começou por me convidar para um pequeno-almoço e por me pedir o meu apoio para, como foi dito, levar a bom porto as mudanças necessárias para executar as contrapartidas previstas.

Por isso, o meu espanto, para não dizer a minha revolta, quando, passados poucos meses, numa conferência sobre contrapartidas realizada no INETI, o Eng.º Rui Neves fez uma intervenção semelhante ao discurso

da anterior Comissão sobre as muitas dificuldades encontradas, de que resultou a afirmação conclusiva de que haveria principalmente que pensar o futuro, com vista à negociação de futuras contrapartidas e alterar a legislação e os objetivos até aí existentes.

O resultado prático foi cortar a minha relação pessoal com o Eng.º Rui Neves, que, no passado, tinha sido bastante boa, fazendo, apesar de tudo, uma intervenção na mesma conferência em sentido frontalmente oposto e afirmando que, se a Comissão não tinha condições para executar as contrapartidas, tinha a alternativa de pedir a demissão.

Por esta intervenção e pela evolução posterior da Comissão, sempre no sentido de adiar, atrasar e apresentar as justificações mais esfarrapadas para não executar as contrapartidas ou para não assumir qualquer posição clarificadora junto da Escom, das empresas fornecedoras ou mesmo até junto do Governo, acabei por concluir que o objetivo era, pura e simplesmente, não executar quaisquer contrapartidas com as empresas privadas portuguesas.

A terceira Comissão com quem contactei, dirigida pelo embaixador Dr. Pedro Catarino, revelou-se inicialmente mais ativa, apesar de demonstrar uma grande inexperiência no tema, mas cedo se verificou que a estratégia da Comissão passava pela satisfação de algumas exigências das empresas fornecedoras dos equipamentos militares, tais como: revisão dos contratos iniciais; estabelecimento de um acordo quanto à manutenção dos helicópteros, que não tinha sido feito inicialmente; bem como uma tendência para aceitar propostas pouco sérias originárias da Escom, mas sendo que algumas delas tiveram a sua origem no Eng.º Rui Felizardo da Inteli.

Durante este período tive ocasião de me opor junto do embaixador Pedro Catarino a essas propostas, nomeadamente as que conduziram a que

algumas empresas portuguesas tenham aceitado, aparentemente, contabilizar como contrapartidas alguns dos seus negócios habituais. Algo que não era novo e já tinha sido abundantemente praticado nas contrapartidas anteriores referentes aos aviões Lockheed adquiridos pela TAP.

De todo este penoso processo, de muitos anos, resultaram as seguintes convicções: a Escom nunca teve a intenção de executar as contrapartidas contratadas com o Estado português, sendo a minha convicção de que os pagamentos recebidos pela Escom das empresas fornecedoras – helicópteros e submarinos e ficando-nos por estes – dos equipamentos militares tinham como objetivo a não execução das contrapartidas, razão para o seu elevado valor.

Ainda aqui há pouco se perguntava ao Sr. Comandante se o valor de 25 ou 30 milhões correspondia ao trabalho desenvolvido pela Escom. Correspondeu na medida em que era o pagamento da não realização das contrapartidas. As empresas internacionais que fazem contrapartidas põem sempre à volta de um valor semelhante para as despesas de realizar as contrapartidas, porque há despesas. Ou seja, para que as empresas portuguesas exportassem, vendessem, era preciso fazer viagens, era preciso encontrar os clientes, era preciso fazer a promoção dessas empresas no mercado internacional, etc. Ora, isto tem despesas e, de uma maneira geral, a empresa vendedora conta com essa despesa.

Neste caso, é minha convicção que aceitaram pagar esse valor, porque alguém lhes disse, e, neste caso, naturalmente, a Escom, que não se preocupasse, porque em Portugal isso não ia acontecer e não seria necessário fazer quaisquer contrapartidas - esta é a minha primeira convicção.

A minha segunda convicção é a seguinte: nesse sentido, a Escom tinha de estar razoavelmente convencida de que o Estado português e as diferentes Comissões não iriam levantar demasiados problemas a essa não execução por que se não... A Escom não era tola!

Terceira convicção: devido a algum alarido, que, em certo momento, se instalou na sociedade portuguesa sobre o assunto, a Escom foi forçada a tentar executar algumas contrapartidas, mais tarde, de aparente interesse nacional, nomeadamente: algumas das contrapartidas aceites pela Empordef, pelos Estaleiros de Viana do Castelo e os projetos dos AVC (aviões não tripulados), projetos que, a meu ver, não tinham uma consistência mínima, são disso exemplo. Pessoalmente, sempre rejeitei esses projetos, deixando de ser convocado para as reuniões da Comissão dirigida pelo Dr. Pedro Catarino.

Uma nota ainda para afirmar que não consigo compreender, passado este tempo todo, o silêncio e a indiferença de cinco Governos portugueses sobre a não execução das contrapartidas, mas, sobre isso, como é evidente, são os Srs. Deputados que têm a missão de fiscalizar a atividade dos diferentes Governos e, por isso, deixo à vossa imaginação as razões por que isso aconteceu.

Também não consigo compreender que a maioria dos dirigentes políticos, que contactei durante este processo, desde o Presidente da República aos diferentes ministros, não tenham demonstrado qualquer abertura para intervir no assunto, o que me levou, mais uma vez, à conclusão óbvia de que existe um sério problema no nosso regime político, agravado, naturalmente, pelo facto de as diferentes comissões de inquérito da Assembleia da República se consumirem no debate partidário à custa da procura da verdade.

Uma justificação final e pessoal para o meu pedido de ser recebido por VV. Ex.^{as}: tratou-se de chamar a vossa atenção para o facto, aparentemente esquecido neste processo, de que houve umas dezenas de empresários portugueses, empresários que trabalham arduamente, todos os dias, na via do desenvolvimento das suas empresas e da economia nacional, que, em certo momento, acreditaram ser as contrapartidas uma oportunidade para terem acesso a tecnologias e a mercados que, de outra forma, não estão facilmente ao seu alcance. Empresários que investiram nesse objetivo prestígio, tempo e dinheiro e que resultaram enganados, não apenas pela Escom e pelas empresas estrangeiras fornecedoras dos equipamentos, mas também pelo Estado português.

No caso da minha empresa, fomos duplamente enganados, tal como os outros empresários, em prestígio, tempo e dinheiro, mas também, no nosso caso, porque fomos espoliados pelo Estado português na Listral. Além disso, Portugal perdeu a oportunidade de entrar no momento certo no negócio dos compósitos-fibras de carbono para a aeronáutica e, por extensão, para a indústria automóvel.

Por comparação, a vizinha Espanha, que teve a competência e a seriedade de aproveitar as mesmas oportunidades, tem hoje em Sevilha um dos mais modernos e mais lucrativos sectores europeus de produção de produtos compósitos, sendo o melhor fornecedor da Airbus neste sector.

Estes são os factos, meus senhores.

Fico à vossa disposição para quaisquer perguntas.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado, Sr. Dr. Henrique Neto, pela sua exposição inicial.

Não me cabe, enquanto presidente da Comissão, comentar mas dar-lhe só nota que, obviamente, uma vez aprovado e uma vez feito o nosso

pedido para que estivesse presente, não teria sequer discussão, entretanto e ao longo dos nossos trabalhos - já vamos, não sei de cor, mas em mais de quarenta audições -, ouvimos muitos empresários, nem sempre com argumentos coincidentes ou com imputações de responsabilidades coincidentes, demonstrando essa preocupação, que nos transmitiu na parte final do seu depoimento – aliás, ainda hoje, de manhã, ouvimos vários responsáveis de empresas que, exatamente, nos falavam dessa preocupação.

Queria dizer-lhe também que, como é evidente, como ex-Deputado do Partido Socialista nesta Casa, conhece bem o seu funcionamento e as suas regras, no entanto, a regra, nesta Comissão de Inquérito é a de que cada Grupo Parlamentar disporá de 10 minutos na primeira ronda de perguntas e será um sistema de questionário livre, e de acordo com o sistema rotativo cabe hoje ao PSD iniciar esta primeira ronda de perguntas.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Henrique Neto e um pouco em jeito de introdução, gostaria de ressaltar vários factos, sendo que o primeiro deles foi a circunstância, diferente das outras, de V. Ex.^a se ter disposto para vir a esta Comissão, o que não só despertou o nosso interesse e a curiosidade em ouvi-lo, pois tudo o que possa contribuir para o apuramento da verdade nos interessa.

Por outro lado e por uma questão de rigor da própria Comissão, gostaria também de obter aqui uma declaração de interesse ou desinteresse da sua parte, pelo que a primeira questão que lhe coloco é a seguinte: em que qualidade é que está aqui? Está aqui na qualidade de cidadão? De

titular de uma empresa interessada nas contrapartidas? Bom, podia dar mais exemplos, mas não o vou fazer, vou limitar-me à pergunta.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Neste momento, estou na qualidade de cidadão que viveu, como empresário, todo este processo que, para mim, teve 10 anos.

Deixarei aqui algumas cartas – enviadas e recebidas a todos os órgãos de soberania portuguesa, etc., e, portanto, estou aqui como alguém que viveu por dentro o processo das contrapartidas, que se interessou por ele profundamente, numa primeira fase, com os objetivos que enumerei, e numa segunda fase, com o protesto, digamos assim, porque ninguém gosta de ser enganado e nós tínhamos sido enganados.

Assim, sendo enganados pelo Estado português, achei, como cidadão - e é nessa circunstância que aqui estou -, como cidadão que ainda não desistiu de reivindicar os direitos, poder vir a esta Comissão para esclarecer ou, pelo menos, para pôr a tónica naquilo que acho mais importante.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, faça favor, de continuar.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Se bem percebi, o empresário já esgotou os meios de protesto e, neste momento, é um cidadão interessado em partilhar connosco o que sabe do processo.

A sua intervenção inicial termina, dizendo: «estes são os factos». E, se me permite, acho que era útil distinguirmos, o que já deveria ter acontecido muitas vezes nesta Comissão, as impressões, as convicções e os estados da alma com factos realmente vividos, documentos recebidos, reuniões presenciadas, porque esses, mais do que os outros, é que nos ajudam. Recordo-lhe que, a certa altura, o senhor diz: as minhas convicções

são estas... A Escom fez isto, isto e isto Bom, são convicções e, depois, resta perceber fundadas em quê.

Começando pelo princípio daquilo que nos trouxe, e trouxe-nos aqui um conjunto de coisas de facto importantes, pergunto-lhe: quando disse que convidado a participar com o IPE na Listral, disse que entrariam nessa empresa nova as OGMA, a M. Pousada, se bem percebi, e eu gostaria de saber qual era a quota que a Iberomoldes tomaria nessa empresa, ou tomou, à data?

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Se bem me recordo, e respondendo às duas questões e pela ordem que as colocou, os factos estão aqui e os factos são conhecidos, muitos deles, da Comissão. As contrapartidas não foram executadas - este é o facto que, presumo, preocupa os senhores, que me preocupa a mim e me preocupou durante 10 anos como empresário. As contrapartidas não foram executadas!

A Escom foi, neste processo, a grande empresa, o grande responsável por executar as contrapartidas e o facto que eu aqui trouxe à Comissão – e penso que é um facto! – é o de a Escom não ter demonstrado nenhum interesse em que isso acontecesse. Aliás, estão aqui algumas das cartas e eu não queria maçar os Srs. Deputados com muitas, mas são algumas das cartas que escrevemos à Escom.

De facto, a Escom não fez nenhuma diligência séria para que o objetivo das contrapartidas fosse executado. Isso é um facto! Daí que eu diga aqui, e considere um facto, que a Escom não tinha nenhum interesse em executar as contrapartidas.

Terceira questão: eu disse aqui, e penso que é um facto visto que já foi admitido por quase toda agente, que a Escom recebeu um pagamento. Os senhores dizem 25 ou 30 milhões, outros dizem outras importâncias...

Os senhores falam só dos submarinos e eu acrescentaria outro tanto dos helicópteros. Os senhores interrogam-se sobre se isso era justo. O facto é que eles receberam dinheiro, ainda que, eventualmente, os senhores não saibam para onde é que ele foi, mas têm condições para o saber se seguirem o conselho da Dr.^a Ana Gomes, que aqui esteve, para saberem para onde é que o dinheiro foi e, como diz o outro, seguir o dinheiro, normalmente, dá bons resultados. E isto é um facto!

Quanto à Listral talvez seja útil dizer que eu escrevi um texto para as escolas de gestão, porque é um caso exemplar de como se processam os negócios em Portugal.

O IPE convidou-nos para resolver um problema da OGMA. A OGMA, na altura, tinha muitas greves, não estava a conseguir fornecer à Pilatus os aviões a que se tinha comprometido, a administração da empresa não estava também a resolver este problema e o IPE, que tinha o poder de o fazer na OGMA, convidou-nos, a nós e ao Eng.º Manuel Pousada, para dar uma ajuda e fazermos uma empresa fora da OGMA para fazer esse trabalho. Nós aceitamos – aliás, fizemos mal num aspeto, mas isso não interessa -, ficando nós com 24,5% do capital, a M. Pousada também com 24,5% e a OGMA com 51%.

A nossa intenção era resolver um problema português – na altura, estávamos a ficar mal vistos -, criámos a empresa e trabalhámos muito e bem, aliás, a empresa chegou a ter 100 trabalhadores, ganhava até bastante dinheiro - há aqui um documento que mostra isso -, era lucrativa, até que a OGMA foi vendida à Embraer, como se recordarão, e, com o argumento de que não tinha recebido as contrapartidas, que não tinha que dar a fazer ao seu pessoal, queria integrar a Listral na empresa OGMA.

Ora, nós recusámos, quer nós quer a M. Pousada, porque não tínhamos trabalhado para isso e, nessa altura, não pelo IPE, que, nessa

altura, cinco anos depois, já tinha desaparecido, foi-nos dito que havia um contrato-promessa secreto – secreto - entre a OGMA e o ex-IPE que dava à OGMA a possibilidade de adquirir a empresa e as nossas posições, contrato esse que nós desconhecíamos.

Daí que eu chame a isto espoliar, porque trabalhamos cinco anos e não recebemos um tostão nem no conselho de administração, nem senhas de presença, nem coisa nenhuma... Trabalhámos, e muito bem, visto que existem as cartas da Pilatus a dizer que estava contentíssima, satisfeitíssima, com a Listral.

Não sei se respondo ao Sr. Deputado, mas é a resposta possível.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Rias de Oliveira** (PSD): - Sr. Doutor, é quase irresistível a pergunta que se segue, porque o senhor disse: «ouvimos dizer que havia um contrato». Viu-o? Tomou conhecimento dele? Viu alguma cópia? Ou ouviu dizer que havia?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Foi-nos dito! Pedimo-lo várias vezes – e tenho lá a correspondência e embora não fosse este o tema principal, posso enviar-lhe – à instituição que substituiu o IPE, que funcionava no âmbito do Ministério da Economia, se bem me recordo, na pessoa do atual presidente da Câmara Municipal de Sintra, penso, e que nunca nos cedeu o contrato.

Fizeram-nos vários ultimatoss... Eu também era uma sociedade de 50/50... Se tivesse sido apenas por mim, tinha ido para tribunal. O dinheiro não é importante, mas, enfim, a posição da nossa empresa foi a de vender

por um valor ridículo a nossa posição e sair disto desanimados, como é óbvio.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Dois temas, que foram muito abordados na sua intervenção inicial, foram o da Escom e das Comissões de Contrapartidas.

Começando pela Escom, disse que a certa altura começámos a trabalhar com eles ou eles connosco. Quem é que procurou quem?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Como eu digo aqui, foi a Escom. Teve de insistir bastante comigo para que nós aceitássemos participar.

Posso explicar ao Sr. Deputado a razão por que nós resistimos a participar. Eu tinha tido, pessoalmente, uma experiência nas contrapartidas da Lockheed, em que me foram feitas várias propostas, que não aceitei na época, e as contrapartidas foram executadas praticamente todas.

Nessa altura, a Comissão não aceitava qualquer coisa, nessa altura, a Comissão funcionou, mas foi o Sr. Secretário de Estado que acabou por aceitar como tecnologia, porque o objetivo das contrapartidas era vender tecnologia, era exportar tecnologia e transferir tecnologia para Portugal, semelhantemente a estas de que estamos a falar.

De facto, o Sr. Secretário de Estado da altura, a cada seis meses, aceitava tudo aquilo que o Sr. Representante da Lockheed lhe apresentava como faturas, desde lençóis à confeção, a sapatos... Enfim, tudo que lá aparecia, por isso eu digo, no texto, que o hábito de dar como contrapartidas os negócios normais da empresa é muito antigo, vem do tempo da Lockheed e eu tinha tido essa experiência e tinha saído desanimado com esse facto.

Quando me convidaram não estava muito disposto a isso e foi o Dr. Miguel Horta e Costa que me convenceu, dizendo: não, o Espírito Santo é um grupo reconhecido, é um grupo sério, um grupo profissional, essas coisas são coisas do passado, nós estamos aqui a organizar uma equipa de profissionais - e isso era verdade -, estamos a escolher empresas portuguesas daquelas que podem garantir a necessidade de tecnologias modernas, se você quiser até pode apresentar algumas empresas... E eu, depois, quando acabei por concordar, apresentei a Simoldes e outras empresas do nosso e de outros setores, que eu achava que podiam aproveitar aquela oportunidade.

Portanto, foi sempre ele que nos convidou e foi sempre ele que considerámos responsável, com a Escom com ele e até quem estava com ele... Aliás, eu fiquei surpreendido com as declarações dele, aqui, na Comissão, de que era não funcionário da Escom.... Bom, isso eu não sei, naturalmente não sei, mas havia uma hierarquia na ESCOM. Quem mandava era o irmão dele, o Dr. Luís Horta e Costa, ele era o executante e, para nós, sempre foi quem nós considerávamos, quem nos conduziu, quem nos pediu ajuda, quem nos prometeu que ia ser um trabalho sério e, portanto, foi sempre a Escom quem nós sempre considerámos como a responsável por todo este processo.

O Sr. **Presidente**: - Queria continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - A certa altura, referiu: «nós éramos consultores da Escom». Foi lapso ou é verdade?

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Bom, nós não recebemos nada por isso, mas, repare, e eu gostaria de enfatizar muito isto: nós, na nossa empresa e eu pessoalmente, acreditamos, talvez inocentemente, talvez liricamente, que Portugal é um País que tem grandes oportunidades no mercado mundial, que as empresas portuguesas, muitas delas, são boas empresas e a prova é que são elas que estão a aguentar isto neste momento.

Portanto, entrei neste processo, uma vez que aceitei, para ajudar a que isto fosse um sucesso, para que as empresas portuguesas, a minha em particular, tivessem acesso a uma tecnologia que queríamos, que sabíamos que ia ser determinante no futuro da aeronáutica e até do setor automóvel, onde nós já estávamos, e isso era estrategicamente era importante, mas também queríamos que isto fosse um sucesso.

Bom - como disse aqui o Sr. Comandante -, a Escom entrou com essa ideia: «haverá empresas portuguesas capazes de fazer 3000 milhões?». Eu sempre disse: «claro que sim, então por que é que não há? Temos aí tantas empresas»... E ajudei e chamei-lhe consultadoria, na medida em que ele, muitas vezes, me telefonava e me perguntava: «mas aquela empresa é boa ou má?». E eu dizia: «não, é boa», ou «não, não se meta por aí e tal...». E durante essa fase anterior, quando eles estavam a montar...

Como já foi dito, e os senhores estão cansados de saber, na venda dos equipamentos tem que se fazer uma oferta de contrapartidas e ela tem que ser elaborada com as empresas, o que é que se pretende fazer, etc.. E isso foi feito e foi um trabalho que foi feito com a Escom que, nessa fase, se portou muito bem.

Eles tinham a intenção de ganhar o concurso, que não estava ganho, podiam ter muitas garantias de o ganharem, não sei, mas não estava ganho, havia concorrentes.... Acabaram por ganhar os dois, mas, nessa fase, em

que nós colaborámos, digamos, com essa abertura, foi no interesse nacional.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Situe-nos, por favor, no tempo, porque é muito importante, para nós, ver em que fase é que cada uma dessas coisas acontece porque os protagonistas políticos, e não só, vão mudando.

Este contato da Escom, esta abordagem da Escom deu-se em que ano ou em que altura?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Em 97/98.

Bom, era presidente da Comissão - já havia uma Comissão nessa altura - o Eng.º Torres Campos. Vejam lá os senhores, se calhar nem se lembram! Havia uma Comissão prévia.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Já cá esteve?

O Sr. **Presidente**: - Sim, já cá esteve e foi ouvido.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - É uma pessoa por quem eu tenho grande respeito, mas, enfim, esteve pouco tempo na Comissão e não viveu estes factos, ou seja, quando as coisas começaram a... E ele colaborou, era uma pessoa com conhecimento, ajudou e, até ao primeiro contrato dos helicópteros, eu não posso dizer que as coisas não funcionaram bem; funcionaram otimamente.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **Paulo Rias de Oliveira** (PSD): - Então, se bem entendi, a Escom procurou-vos no contexto da montagem de projetos de contrapartidas, que iam ser apresentadas; a Escom foi procurar a Iberomoldes, que não era uma empresa qualquer, era uma empresa prestigiada na sua área; a Escom aceitou e procurou o vosso conselho para encontrar empresas credíveis, empresas de ponta, que pudessem integrar, com qualidade, o projeto, e esta fase correu bem, ou seja, montaram projetos que faziam sentido.

Portanto, esta fase correu bem, pergunto-lhe: quando é que ela deixa de correr bem?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - A partir do momento em que foi assinado o primeiro contrato dos helicópteros.

O Sr. **Paulo Dias de Oliveira** (PSD): - Foi em 20 de dezembro de 2001?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Sim, foi em 20 de dezembro de 2001. A partir dessa data, a Escom desapareceu.

Eu já disse que nós tínhamos gasto até bastante dinheiro, tínhamos feito visitas às empresas, tínhamos projetos concretos, pois eles mostravam-nos o que necessitavam, nós dizíamos o que podíamos fazer, enfim, já havia uma certa ideia do que é que a nossa empresa e os outros, certamente também, poderíamos fazer, mas a partir do momento da assinatura do contrato – e soubemos que o contrato tinha sido assinado e ficamos satisfeitos, naturalmente - a Escom desapareceu da circulação, de uma maneira perfeita.

A partir daí começámos a enviar cartas – e estão aqui algumas delas - a reclamar da Escom, porque, a certa altura, como a Escom não atava nem desatava... Aliás, já havia uma Comissão, com o Dr. Brandão Rodrigues, salvo erro, que funcionava, se bem me lembro, no edifício do Conselho de Ministros, e, depois, mudou para o Ministério da Economia...

O Sr. Presidente da Comissão - aliás, só o conheci a ele, nunca conheci mais ninguém desta primeira comissão, enquanto que nas outras Comissões era mais ou menos coletivo... - na única reunião que tive com ele justificou-se, dizendo que era administrador da PT, que não tinha tempo para aquelas coisas, que aquilo estava tudo mal feito, que não havia processo de, alguma vez, se virem a fazer contrapartidas...

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Sr. Doutor, o certo é que, celebrado estava o contrato dos helicópteros, mas não estava ainda o dos submarinos.

Não estranhou que, estando ainda por celebrar, em bom rigor, o contrato dos submarinos, a Escom desaparecesse, eu diria, a meio do processo? Tem algum facto que nos possa relatar que exteriorize por que é que isto aconteceu? Ou é uma convicção?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Devo apenas dar uma explicação: o interesse maior da minha empresa era os helicópteros. A empresa, que liderou, entre aspas, que se tornou mais relevante no processo dos submarinos foi a Simoldes.

O Dr. Miguel Horta e Costa ainda insistiu comigo para participar nos submarinos, eu acabei por concordar, mas era uma coisa pequena, pois

tínhamos menos interesse nas tecnologias. Aliás, ainda chegámos a ir à Alemanha visitar duas empresas, antes de o contrato dos submarinos ser fechado, nomeadamente a Porsche, a Mercedes, mas nós já estávamos muito desconfiados nessa fase e estávamos lá com 7 ou 8 milhões de euros projetados quando nos helicópteros seriam cerca de vinte e tal milhões.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Então, tinham perfeita expectativa de, face ao contrato dos helicópteros, cumprir as contrapartidas que faziam parte do projeto e, em relação aos submarinos, em bom rigor, a própria Iberomoldes nunca se envolveu totalmente no processo. Correto?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Não me envolvi, porque o nosso objetivo principal, que eram os helicópteros, não estava a andar e nós ficámos com grandes dúvidas - já estávamos nessa fase - sobre as intenções da Escom, para ser franco, e, portanto, já olhávamos para os submarinos de uma maneira menos... Bom, era uma continuação do projeto dos helicópteros.

Aliás, se o Sr. Deputado me permite, a grande questão é esta: por que é que - e já não vou falar dos projetos dos carros de combate nem de outras coisas que se passaram depois - isto aconteceu? Por que é que este modelo, porque há um modelo, há uma evolução... Enfim, por que é que isto aconteceu? Tem que ter uma explicação e a minha explicação foi aquela que dei, mas pode haver outras.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - É um pouco isso que eu ia tentar retirar das suas palavras.

O senhor não chegou a perceber por que é que o processo começou a parar, tem a convicção que a Escom não o queria realizar, tem a convicção que a Escom queria inviabilizar o processo, tem a convicção que o Estado nada faria quanto a esse incumprimento, mas há outras respostas. Foi o que me disse agora. Esta é a sua convicção, mas pode haver outras respostas. É isso?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Como democrata e com a dialética própria destas coisas, acho sempre que pode haver outras respostas...

Mas voltando à questão do Sr. Deputado, nós fomos convidados pela Escom, elegemos a Escom como um parceiro sério, trabalhámos bem, mas, a certa altura, eles desinteressaram-se da execução do projeto. É evidente que a execução poderia não ser fácil, dava trabalho e eles desinteressaram-se. Pura e simplesmente desapareceram ou, então, davam-nos explicações, enfim...

E nós voltámo-nos, naturalmente, para as Comissões de Contrapartidas. Era o normal, era o que qualquer pessoa faria... Quer dizer, se estes não fazem a Comissão estava ali, aqui escolhida pelo Estado português, aliás pelos Governos, já que foram vários, mas da Comissão recebíamos respostas semelhantes e andámos naquilo a que, na Marinha Grande, se chama «andar com a chave da nora»... E explico os miúdos que iam aprender a trabalhar na indústria vidreira, quando chegavam lá, com 7, 8 ou 10 anos, os mais velhos mandavam-nos levar uma chave à outra ponta da fábrica e, quando lá chegavam, mandavam-nos de volta para outro

senhor e os miúdos andavam naquela vida... Felizmente, hoje, isso já não acontecerá...

Portanto, nós «andávamos com a chave da nora», ou seja, a Escom mandava-nos para a Comissão, a Comissão mandava-nos para a Escom e para a Augusta Westland e, a certa altura, nós dissemos: «bom, então, vamos falar com os ministros».

Então, falei com o Ministro da Defesa, o Dr. Luís Amado, que me convidou para almoçar, simpaticamente, e que me disse: bom, sabe, nós, na Defesa, não sabemos nada disso e o melhor é contatar o Ministro da Economia, porque isso é um problema da Economia, não é um problema da Defesa e nós não sabemos... Isto, apesar de eu ter insistido muito em que era um problema nacional e como ele estava no Conselho de Ministros, logo poderia fazê-lo, mas foi isto o que ele me disse.

Depois fui ao Ministro Dr. Manuel Pinho, que não me recebeu, pura e simplesmente. Aliás, uma vez encontrou-me no elevador do Ministério, cumprimentou-me e disse-me: Ah, Sr. Neto, está por cá... O que cá veio fazer? E eu disse-lhe: olhe, Sr. Ministro, vim cá tentar receber a resposta às cartas que lhe tenho enviado, desde há um ano, sobre a questão das contrapartidas. Ele ficou com má cara, é evidente, foi fazer queixa de mim à presidente da Câmara de Leiria, dizendo que eu tinha sido malcriado com ele e, depois, a presidente da Câmara disse-me.

Eu estou a contar estes pormenores para os senhores compreenderem o papel do empresário, que «anda com a chave da nora». Também mandei cartas aqui para a Presidente da Assembleia da República, como sabem, e portanto, escuso de explicar, também para o Presidente da República e a toda a gente que havia para mandar.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - O Sr. Doutor disse-nos que, a partir do fim de 2001, entraram no processo de travagem da própria da Escom, começaram a fazer alarido nos canais próprios e, a certa altura, nos canais menos próprios, fossem eles quais fossem, todos aqueles que dessem espaço ao vosso pretexto, até que houve, da parte da Escom, uma reação e houve um conjunto de contrapartidas que foi feito.

Quais foram e em que altura é que isso se verificou?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Bom, o processo teve alguma...

Como eu referi na minha intervenção inicial, na altura do Sr. Embaixador Pedro Catarino, ele chegou à Comissão com uma outra atitude, com uma vontade, aparentemente, de fazer alguma coisa. Ele não tinha grande experiência, eu próprio funcionei também, durante algum tempo, não como consultor mas a tentar ajudar a introduzi-lo na questão - eu e outros, certamente -, mas verifiquei, de seguida, que a estratégia da Comissão se tinha alterado e era, mais ou menos, a seguinte: não se fizeram contrapartidas, não se fez nada ou fez-se pouco, não tem significado, o melhor é tentar chegar a acordo com as empresas, partindo do princípio que as empresas estavam interessadas em fazer as contrapartidas.

Também nesta altura, porque pressionada pela opinião pública, pois os jornais já estavam a falar de coisas – e, nestas coisas, os jornais tem sempre a sua importância –, começou a haver um ambiente e a sentir-se a necessidade de ser preciso fazer qualquer coisa.

Foi aí que surgiu o Eng.º Felizardo, que é uma figura interessante, na medida em que trabalhava para a Comissão, trabalhava para a Escom, trabalhava para uma empresa do Norte, uma empresa pública, se bem sei,

mas que não me lembro do nome, que era a empresa de engenharia do setor automóvel e, até no final de carreira, aparentemente, também era consultor jurídico para o tribunal sobre esta questão das contrapartidas.

Portanto, foi, penso eu - num caso tenho a certeza, o caso dos AVC, mas, nos outros casos, não tenho a certeza -, muito pela criatividade que ele tinha que começaram a desenhar-se algumas contrapartidas e algumas foram apresentadas em reuniões da Comissão em que eu estava presente e em que eu disse: isso não são contrapartidas; isso é um foguetório...

Por exemplo, nos AVC, que acabaram por avançar - enfim, penso que não deu nada mas, apesar de tudo, avançaram -, era de tal maneira desonesta a proposta que foi feita pela Escom que era a seguinte: a AgustaWestland não dava tecnologia nenhuma, mandava-nos para a Lockheed para tentar perceber tecnologia (e a Lockheed, por acaso, tinha interesse nisso por causa dos aviões F-16 que estavam em manutenção), não se comprometia com coisa nenhuma, só venderia os aviões se se viesse a verificar que havia mercado - e estamos a falar de empresas portuguesas que nunca tinham feito aviões não tripulados e, portanto, era necessário alguma tecnologia que viesse de fora, mas não vinha - e, depois, eles queriam fazer um *write-off* das contrapartidas, qualquer coisa como 80 ou 100 milhões, pelo facto de não dar em coisa nenhuma.

Ora, eu achei que isto era um insulto e disse-o, na altura própria, no sítio próprio, que era a Comissão.

Também se falou na Empordef, que tinha uns projetos de *software*, e, principalmente, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que deu aquele resultado que os senhores conhecem melhor do que eu e que me abstenho de fazer qualquer comentário, mas eram perfeitas fantasias, que era uma maneira de dizer: estão a fazer-se contrapartidas... Já fizemos tantas.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - O Sr. Doutor corrija-me, se eu estiver a interpretar mal as suas palavras: na sua opinião, há um atraso, há uma falta de ritmo de implementação de contrapartidas, na sequência dos contratos dos helicópteros; em 2005, estava celebrado o contrato dos helicópteros e dos submarinos; depois V. Ex.^a começou a insistir com o poder político, enviou um conjunto de cartas, fez contatos, foi ao Ministério e, a certa altura, apareceu a Escom novamente e o senhor introduziu, nessa fase, o termo «desonestas».

Ora, tentando aqui distinguir períodos e momentos, aquilo que imputa à Escom, na primeira fase da sua intervenção, era o facto de terem sido laxistas, atrasados, que os projetos seriam bons, mas eles não os cumpriam. A partir de 2005, 2006 e 2007, face aos Ministros que aponta como sendo aqueles que eram os seus interlocutores, a verdade é que começou a falar em contrapartidas montadas em valores, em projetos irrealistas, em propostas que considerou desonestas e com valores claramente empolados.

Isto são realidades completamente diferentes, como se perceberá. Confirma isto?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - O Sr. Deputado fez uma síntese perfeita daquilo que eu disse.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Então, depois, tentará precisar, por favor, mais ou menos em que altura.

Mas em 2007 e em 2008, quando voltam ao tema e quando a Escom começou a aparecer com propostas, que, na sua opinião, estavam

completamente fora daquilo que era ética e comercialmente, do ponto de vista de contrapartidas verdadeiras, aceitável, qual foi a reação da Iberomoldes?

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Foi a de não aceitar.

Tive uma reunião, um pouco penosa, com o Dr. Pedro Catarino, que, considero, tinha boa vontade, não era um especialista e não teria capacidade de julgar da bondade dos projetos - de um AVC, de transferência de tecnologia, enfim, eram coisas demasiadas, neste contexto, para experiência de vida que ele tinha e eu compreendo isso -, mas estava deseioso de fazer coisas.

Eu expliquei-lhe muito e disse-lhe que não podia participar de um projeto que não tinha nenhuma consistência, que não tinha valor para a economia nacional, ao passo que nós tínhamos projetos e acordos que foram assinados entre as empresas e a Escom e que foram feitos com determinados objetivos: um objetivo de exportar tanto disto, tanto daquilo, tanto daqueloutro, de transferir tecnologias, etc. Portanto, havia isso para fazer, não foi feito, e, agora, vinham com coisas que, do meu ponto de vista, eram um pouco fantasmagóricas.

Devo dizer, até para ser justo, que algumas empresas da Marinha Grande, as mais pequenas que estavam neste processo, a certa altura, até estavam a indispor-se comigo, porque me diziam: o que é que lhe interessa a si se eles fazem um *write-off* de 80 ou 300 milhões, não é problema seu!». E eu disse-lhes: «Por acaso, até é o meu problema».

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, o tempo de que dispõe não é o que efetivamente consta do cronómetro e, por isso, peço-lhe que seja breve.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - É quase irresistível, Sr. Presidente. Estou aqui a ouvir coisas muito novas.

V. Ex.^a não é exatamente conhecido por ser gago e, portanto, colocado perante atrasos, disse o que disse e fez o que fez... Imagino eu o que é que fez perante propostas que considerou menos sérias!...

Além do Embaixador Catarino, a que mais entidades ou pessoas deu conta de que se estava a montar algo que não era - para usar uma expressão leve - sério?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Numa reunião nas Amoreiras, na sede da Escom, na altura – não sei se ainda é -, em que estavam presentes várias empresas que estavam no processo de contrapartidas, o Dr. Miguel Horta e Costa e mais alguém da Escom, o Eng.º Felizardo, e não sei se mais alguém, foi-nos dado um documento, que era o projeto, o grande projeto que iria fazer andar as contrapartidas - estou a falar dos aviões não tripulados – e, tanto quanto me foi possível, porque eram para aí 20 ou 30 páginas, que a maioria das pessoas não leu, eu li aquilo na diagonal, porque estavam a falar e a discutir e eu ia lendo.

Eu não sabia, nessa altura, por que é que lá estava o Eng.º Felizardo, porque não era habitual, e, refletindo, disse logo: desculpem, mas isto não é aceitável, por isto, por isto, por isto... A minha empresa não vai meter dinheiro - porque nós, empresas, tínhamos que entrar com dinheiro - num projeto que não tem qualquer viabilidade. Nós estamos interessados num projeto de aviões não tripulados, temos até um acordo com uma empresa de *design* com quem, aliás, trabalhámos para comboios e mais tarde até foi apresentado, com grande sucesso, um protótipo de um avião comercial pela nossa empresa de engenharia, com várias outras empresas, e fizemos um consórcio fora disto para fazer um avião não tripulado, mas isto não é

proposta que se faça. Isto é uma coisa completamente desonesta - e utilizei a palavra «desonesta» - e isto não tem ponta por onde se lhe pegue.

O Eng.º Felizardo tentou justificar, dizendo: «você veja, porque isto, porque aquilo...». E a Escom também tentou justificar... Não sei, mas, se eu não tivesse lá estado - e não quero valorizar a minha presença lá mais do que o justo -, provavelmente aquilo teria passado assim, assim. Não sei! Sei que, com a minha presença, as pessoas começaram a ler aquilo e acabaram por chegar à mesma conclusão que eu, até porque tinham que pôr dinheiro e ninguém gosta de pôr dinheiro de qualquer forma, e o projeto foi rejeitado liminarmente.

Depois, tive uma reunião, a sós, com o Presidente da Comissão e expliquei-lhe que, do meu ponto de vista, naquela «fase do campeonato», a Comissão tinha que falar com as empresas fornecedoras dos equipamentos, foi sempre essa a minha luta, e dizer-lhes: «Meus senhores, vamos começar a fazer isto ou vamos para tribunal». Ele dizia-me sempre que os contratos eram muito complicados... Eu não li os contratos, mas os Srs. Deputados poderão saber melhor do que eu.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, pedia-lhe que fosse concluindo.

Estamos um bocadinho fora de controlo do tempo, quer eu quer o Sr. Deputado, e, por isso, se puder ir concluindo, agradecia, porque não tenho exatamente presente o tempo uma vez que houve esse lapso.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): - Muito obrigado.

Há uma questão, relativamente a essa reunião, que é a seguinte: nós sabemos que a Inteli, antes, durante ou depois, assessorava também a própria Comissão de Contrapartidas.

Pergunto-lhe: a Comissão Permanente de Contrapartidas sabia deste projeto? Como é que reagia a ele? Estava disponível para o aceitar ou foi a sua oposição que...

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Estava disponível para o aceitar

Se era por convicção, se era, como eu já disse - e não quero alongar-me, pois devo satisfação ao Sr. Presidente, que está preocupado com o tempo - ...,

O Sr. **Presidente**: - Não, não estou preocupado, é só uma falta de controlo do tempo. É só por isso.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - ... por julgar que um projeto de produzir aviões não tripulados, talvez não fosse da especialidade do Dr. Pedro Catarino...

Portanto, assumo que o interesse dele era fazer coisas, assumo isso, não tenho problema. Não era a questão da Escom, a Escom estava cansada de saber que aquilo era invendável, digamos assim, daí as empresas estrangeiras.

Mas claro, apesar de tudo, conseguiram passar o projeto de Viana de Castelo e, portanto, quem sou eu para dizer que é invendável.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, se pretende continuar, ainda lhe dou mais uns segundos...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira (PSD)**: - Não, muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, espero que não fique com a noção de que eu possa ter prejudicado, a si ou qualquer outro Deputado porque foi por distração minha que não cortei o tempo enquanto o Sr. Dr. Henrique Neto dava uma resposta relativamente longa.

Portanto, não quero ficar com a percepção de estar a cortar no seu tempo ou no de outro qualquer Sr. Deputado, mas se concluiu, passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe igualmente de 10 minutos, que tentarei controlar com algum rigor.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Com certeza que sim, Sr. Presidente, até porque temos a noite inteira e ela ainda é uma criança e, portanto, podemos começar tranquilamente.

Gostaria de aditar às perguntas, que já tiveram uma detalhada resposta, algumas outras, não sem antes sem sublinhar que esta Comissão tem vindo a reunir um vasto acervo de materiais, que vão ser, aliás, em grande medida, publicados, através da *Internet* e disponibilizados para serem livremente analisados, estudados, apreciados e valorados pelos mais diversos tipos de olhos e segundo as mais diversas orientações.

Mas, como ficou muito claro nas perguntas e nas respostas, estamos a falar de um período muito dilatado e nunca conseguiremos entender o que aconteceu se tentarmos fazer, eu diria, a síntese preto/branco do tipo «tudo correu mal/tudo correu bem», porque não é verdade e temos que fazer estes juízos em relação a cada um dos subperíodos, como, aliás, foi feito e sublinhado e temos, por outro lado, mesmo dentro de cada um dos subperíodos, distinguir fenómenos, até porque houve o efeito da

alternância, houve mudanças pessoais, houve mortes, houve alterações das empresas, etc..

Portanto, há, aquilo que eu diria continuidades, que não se confirmam, quando vamos aos factos, e também há descontinuidades que têm razões que não são o que parecem, em alguns casos e vou exemplificar com uma espécie de retrato da atualidade para fazermos o contrário, partindo de hoje para o passado.

Quando se tenta resumir os programas de contrapartidas, que transitaram da extinta Comissão Permanente de Contrapartidas para o Ministério da Economia, agora, com uma certa articulação deficiente com o Ministério da Defesa, e quando temos em conta o período de implementação, percebemos, desde logo, o que é uma ideia feita, que acabaram as contrapartidas. E é só isso: uma ideia feita! Não acabaram as contrapartidas, porque algumas delas vigoram como, por exemplo, o programa de aquisição de helicópteros EH-101 tem contrapartidas até 2014. Ok, muito bem, e a empresa quer prorrogar o prazo, porque é impossível acabar as programadas até o fim do ano de 2014.

Mas há programas, por exemplo o de aquisição de *targeting pod* para os F16, que não está no âmbito desta Comissão de Inquérito, cujo final do período de implementação é de 2020 e, apesar de tudo, seis anos é significativo nos ciclos económicos e políticos. Outros programas acabam em 2018, etc.. Portanto, temos contrapartidas para vários anos.

E no caso das contrapartidas dos submarinos, a ideia de que tudo acaba em 2016 não é verdadeira, porque, tendo o ministro Álvaro Santos Pereira subscrito, em outubro de 2012, uma prorrogação de quatro anos do contrato, temos que acrescentar mais quatro anos e mais os chamados incertos, ou seja, assim como o projeto Alfamar se esfumou nos ares e foi substituído, agora, por um projeto de eólicas, que, apesar de tudo, parece

menos absurdo e menos *fake* do que o Alfamar, também alterou as condições de prestação das contrapartidas. Ou seja, não se trata, senão simplificarmos, só de prorrogar, o que teve efeitos no processo que estava em curso na 6.^a Vara Criminal de Lisboa, mas também de alterar as regras do jogo, o que é fantástico, mas aconteceu.

E porque é que eu digo isto? Porque, em relação ao processo, por exemplo, das contrapartidas dos helicópteros EH-101, o programa foi revisto, pois o contrato foi celebrado a 20 de dezembro de 2001, já o Governo tinha caído por força da demissão do Primeiro-Ministro António Guterres, e, depois, lá se chegou a uma revisão entre 2002 e 2005, foram feitas negociações entre a CPC e a AgustaWestland, Ltd, seguiu-se uma lógica de *cluster*, e por aí em diante.

Portanto, a primeira coisa que temos em consideração é esta diversidade, e também temos a documentação disto tudo. Este relatório ainda é um *draft*, mas será publicado e, portanto, nós poderemos utilizar isto.

O que é que nos resta verdadeiramente apurar? É o comportamento dos protagonistas ou de alguns protagonistas e o senhor acabou de nos dar vários contributos e um deles é a relação entre a Escom e o Estado e a relação entre a Escom e a Ferrostaal e entre a Escom e as empresas.

Como sabe, houve uma rotura da relação entre a Escom e a Ferrostaal, porque a Escom entendeu que, tendo um acordo de exclusividade num determinado momento, a Ferrostaal estava a fazer, paralelamente com a ACECIA e com outras empresas, contatos que a Escom entendia que violavam o acordo de exclusividade. E mais: disse-nos o Sr. Horta e Costa, num determinado momento, que: «estava a fazer coisas erradas, eventualmente crimes». Aludia à tentativa de classificar e creditar como contrapartidas, pré-contrapartidas, pré-*offset*, investimentos e

negócios que não tinham nada a ver com a Ferrostaal e em que esta não tinha sido tida nem achada, mas tinha querido colocar isso como uma espécie de maçã podre no meio da cesta carregada de maçãs verdadeiras.

A minha pergunta é, basicamente, se teve alguma abordagem estranha, por parte da Escom, ou alguma pressão, que possamos considerar inadequada no seu relacionamento com a Escom, isto porque sabemos que os empresários dependem profundamente da banca e sabemos também que a Escom dependia profundamente do Grupo Espírito Santo e não tomava decisões sem elas serem benzidas, na verdade, autorizadas, pelo acionista maioritário.

Portanto, se o acionista maioritário entendesse que uma determinada operação era negativa ou que devia ser, digamos, hostilizada, ela era hostilizada. Agora, neste caso, a rotura tem uns fumos de estranheza que seria interessante dissipar e talvez o senhor nos possa dar uma ajuda.

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Bom, posso ajudar menos, mas posso ajudar em dois ou três pontos.

Em primeiro lugar, estas datas que referiu resultam de revisões, e de revisões, e de revisões do projeto inicial. O projeto inicial, se bem me recordo, dava cinco ou seis anos para fazer as contrapartidas.

Lembro-me que um dos problemas, que a Escom nos colocou na fase inicial, era o de saber se nós e os outros fabricantes que participaram tínhamos condições de fazer 300 ou 400 000 milhões por ano e nós dissemos: «sim, não temos nenhum problema. É evidente que são áreas, para nós, estratégicas e pudemos fazê-lo nos cinco anos». E mais: foi feito um plano detalhado, ano a ano - aliás, nas nossas reclamações iniciais, o nosso ponto era o de estarmos a perder tempo para cumprir o programa que foi feito.

As datas, que depois foram sucessivamente acordadas, resultaram de acordos entre a Comissão, presumo eu, não sei se com a intervenção dos Governos ou não, e as próprias empresas que aceitaram isso.

Quanto à cisão entre a Escom e a empresa alemã, a Ferrostaal AG, eu gostaria de ver isso escrito. Devo dizer com todo o receio que tenho alguma dúvida que essa rotura tenha sido verdadeira ou tenha sido uma rotura que possa ser demonstrada com documentação, mas, se eu fosse à Comissão pedia a documentação. Não digo que sim nem que não; digo que pediria a documentação para ver. E porquê? E com isto vamos ao cerne da minha convicção, que o Sr. Deputado acha que não é um facto e facto não é, mas não é normal que duas empresas estrangeiras, verdadeiramente três, falando aqui só nos submarinos e nos helicópteros, embora, no caso dos helicópteros, seja um consórcio de uma empresa inglesa e outra italiana...

Sr. Deputado, se me permite que abra aqui um parêntesis, gostaria de dizer que uma das razões por que eu me envolvi muito nisto foi porque em muita gente – não sei se também aqui na Assembleia, provavelmente -, nas Comissões, nomeadamente na Comissão do Dr. Rui Neves, começou a surgir a ideia de que as contrapartidas era uma coisa impossível de se realizar, era uma coisa que dava sempre corrupção, o Estado não se devia meter nisso, era mais favorável conseguir que as empresas vendedoras descontassem 10% ou 15% ao preço do produto e ponto final, o Estado ganhava mais, havia menos confusões, isso das Comissões dava mal em todo o lado... E, enfim, criou-se na sociedade portuguesa, nas Comissões e até nas empresas, que viam a coisa funcionar mal, esta ideia.

Eu sempre fui contra isso, por uma razão elementar: é que as empresas portuguesas não têm acesso a certas tecnologias com facilidade, são pequenas e médias empresas e é por isso que em Espanha usam isso, em Israel usam isso e a Finlândia usa isso das contrapartidas, mas os

pequenos países, onde as empresas não têm grandes facilidades de acesso a entrar nos conselhos de administração dos grandes grupos, etc., tudo é diferente.

Recordo, aliás, como único caso, ao longo de uma vida de 40 anos de empresário, a única vez que entrei no conselho de administração das grandes empresas foi no Japão, por mérito de uma Sr.^a Ministra que, presumo era da Economia, do PSD, mas não me lembro do nome dela, que fez uma viagem ao Japão e que percebeu que, para as empresas portuguesas, o ideal era poderem expor os seus problemas aos níveis mais elevados das hierarquias das empresas. Para quê? Para poder ter, depois, acesso, numa segunda fase, aos diretores e aos outros todos, porque vinha de cima e aquilo facilitava e as contrapartidas têm esta função.

Peço desculpa desta divagação, mas é para dizer aos Srs. Deputados que eu sou um defensor das contrapartidas por esta razão e o meu interesse por isso resultou desse facto.

Agora, devo também dizer que fui sempre contra o alongamento das datas. Havia planos, que tinham sido assinados entre a Escom e as empresas - e não direi contratos, mas também nunca averigui se tinham efeito legal mas estavam assinados pelas empresas - com projetos, com aquilo que havia a fazer e com as datas para fazer e a minha posição foi sempre a de: vamos fazer isto e não vi ainda razão alguma para não fazer aquilo que está decido, não vejo nenhuma razão para adiar, porque adiar, na minha cabeça, era fazer o jogo que estava a tentar ser feito por toda a gente: adiar, fazer esquecer.

Portanto, fui sempre contra estes adiamentos e teria preferido – e insisti junto das Comissões – dizer: «bom, o Estado português assinou um contrato... Eu sei que alguns dos contratos... Bom, oxalá que não, porque

também ninguém compra um automóvel sem ter a certeza que tem quem lhe faça a manutenção.

Aparentemente, o Estado português comprou 12 helicópteros, sem fazer qualquer ideia de quem é que ia fazer a manutenção. E mais: em determinada altura, a Comissão tentava convencer as pessoas à volta da mesa que era preciso fazer qualquer coisa para convencer a AgustaWestland a dar os livros de manutenção, ou seja, aquilo que, por exemplo, nos carros, vem no porta-luvas, porque eles não tinham sequer fornecido isso. Bem, isto não acontece em nenhum país civilizado do mundo ocidental, pelo menos.

Portanto, estávamos a entrar no mundo do surreal e, por conseguinte, a única saída para isto, parecia-nos, seria o recurso a tribunal. Eu tinha a noção, das vezes que falei com as empresas internacionais, de que eles tinham medo do processo, por variadíssimas razões, e não há nenhuma empresa, como a AgustaWestland ou como a alemã – agora, aliás, a alemã nem se importa -, que queira ver o seu nome posto em tribunal por um Estado da União Europeia, porque isso é uma coisa que tem peso.

E a minha interrogação era sempre a mesma: «por que raio o Estado português não põe estes senhores em tribunal, porque não estão a cumprir?» - e continuo a fazer a mesma pergunta -, porque eu sentia que as empresas tinham receio disso. Aliás, qualquer empresa tem receio de que um Estado da União Europeia lhes ponha um processo em tribunal. E eu creio que era o único processo de eles fazerem alguma coisa. Ceder e adiar era o que eles queriam.

A minha convicção resulta de me parecer que as empresas internacionais também se sentiam enganadas. E eu já o disse e repito-o, Sr. Deputado: e enganadas porquê? Porque, tendo encontrado uma empresa que demonstrou uma grande eficácia na fase dos concursos, que até os

ganhou todos, ela não estava a ser tão competente, naquilo que a minha convicção me diz, naquilo que tinha prometido às empresas e que era que elas não iriam ter grandes dificuldades em fazer as contrapartidas, porque elas, pura e simplesmente, não seriam feitas.

Portanto, se eles pagaram para isso, como eu acredito que foi, é natural que as empresas se sentissem um pouco enganadas e pensassem: «então, nós pagamos e agora vamos ter que fazer contrapartidas?». E isso, na segunda fase, na fase que aqui descrevi e que o Sr. Deputado, muito bem, resumiu, dizendo que tinha havido uma mudança de paradigma, na atitude, etc. - e houve! -, eles foram pressionados e, provavelmente, não gostaram, porque tinham, finalmente, que fazer qualquer coisa quando não estava nos planos deles fazê-lo.

Não sei se fui explícito, mas reconheço que é difícil dizer melhor.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Sr. Presidente, julgo que todos poderão julgar. Eu, por mim, julgo que obter respostas para as questões e as interrogações que faz é, seguramente, um dos objetivos desta Comissão e temos, de resto, abundante documentação e depoimentos para encontrarmos as respostas.

Agora, repare, insisto outra vez naquela reflexão inicial: não há resposta possível, metendo tudo no mesmo saco ou fazendo um juízo meramente genérico, dizer: correu mal! Obviamente, toda a gente está de acordo com isso, porque, se tivesse corrido bem, não estaríamos aqui, mas é preciso saber porquê e em quê exatamente.

Por exemplo, o programa de contrapartidas dos F-16 correu, está cumprido; o outro programa do P-3 Orion, correu. Mas, obviamente, não é

isso que nos interessa, porque, tipicamente, queremos saber por que correu mal e o que correu mal, portanto, também partilhamos, obviamente, desse ponto de vista.

Agora, por que é que o Estado não bateu com a mão na mesa ou não usou a espada que tem? Também aí a resposta tem que ser desagregada.

Vamos ao caso dos submarinos: os submarinos têm um regime especialíssimo de contrapartidas - aliás, cada um tem o seu regime de contrapartidas, mas, enfim, os submarinos estão quase na pré-história, digamos assim, das contrapartidas e trata-se de uma despesa mais elevada e etc., que agora é considerada investimento pelo Eurostat e, na altura, não era.

Portanto, no caso dos submarinos tivemos pré-contrapartidas validadas pela Comissão do PRAS, Almirante Cavaleiro Ferreira, na fase final, e um regime especial. Aliás, o Dr. Brandão Rodrigues esteve aqui a dizer: «bem, nós não tratamos nunca das contrapartidas dos submarinos. Estava tudo antes... Foi validado, etc., Foi preparado e não me façam perguntas sobre isso». E não fizemos. É um facto, é verdade!

Depois, o período entre 2003 e 2004 é o período duro da corrida para a *best and final offer*, da alteração das próprias regras do jogo, pilotadas pelo Ministro Paulo Portas, etc. e mesmo assim, as contrapartidas dos alemães eram consideradas fracas e as dos franceses médias - está tudo na Resolução do Conselho de Ministros que deu ao Ministro Portas poderes para, depois, adjudicar.

Portanto, só comparando tudo é que foi dito: «não, não, não, o candidato francês passa para segundo lugar e o candidato alemão para primeiro lugar».

Agora, reparem, este contrato só foi assinado em abril e entrou em vigor em setembro e, obviamente, isso justificou a aceleração da corrida que tinha acontecido antes.

Bem, muda o ciclo político, entra-se em planície do «vejamos o que é que isto vai dar», mudam os responsáveis, isso demora e chegamos a 2007 - caso Portucale e, aliás, já houve aí numa série de gente a explicar que isso teve um efeito *freezing*, e por aí adiante.

Mas, já agora, vamos até ao fim: em 2012, o Ministro Álvaro aceita o argumento – ainda não se percebeu porquê – de que era necessário prorrogar e que isso não tinha consequência nenhuma no processo da 6.^a Vara e ainda estamos à espera do parecer mágico que demonstra isto ou, então, que o parecer não existiu.

Apartes inaudíveis.

Na verdade, em 2010, há, digamos, o início do processo alemão que encontrou pessoas que tinham corrompido. E o Estado português começou, a partir da extração de uma certidão do processo Portucale a perguntar ou tentar encontrar os corrompidos portugueses e os corruptores portugueses e isso tudo corre os seus termos ainda na entidade competente do Ministério Público.

Agora, reparem: por que é eu estou a dizer isto? Por que é que o Estado não bateu com a sua «espada de papel» em quem o devia? Primeiro, porque tinha renunciado no contrato... Aliás, julgo que o Henrique Neto não leu nunca o contrato e nós também não o tínhamos lido, mas espero que ele seja colocado na *Internet*, no fim destes trabalhos, pelo menos.

Mas lendo isso e as 1900 páginas do visto do Tribunal de Contas, etc., percebe-se perfeitamente que o Estado português renunciou a isso no

contrato, porque optou pela arbitragem e, por outro lado, porque as garantias bancárias eram relativamente pequenas face à dimensão do investimento das contrapartidas, parecia valer a pena – e isto foi comum a vários Governos - tentar fazer as contrapartidas em vez de ficar com poucos milhões na mão para coisa nenhuma ou, então, com o «menino na mão» como as VBR...

Portanto, aciona-se uma garantia, a empresa fica em fanicos, não há possibilidade alguma de fabricar VBR nem *Dickie toys*, os trabalhadores estão em casa, é uma calamidade e o empresário bem aqui rasgar as vestes e explicar que quer a demissão do Ministro da Defesa.

Aparte inaudível.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Bom, com a vossa ajuda eu chego lá! Sei que todos vós quereis que eu acabe as perguntas com dignidade!

E, então, a pergunta é esta: a razão pela qual o incumprimento do contrato não gerou uma rutura foi porque a rutura desfavorece o Estado, que é desfavorecido pelas cláusulas que foram assinadas pelo Ministro da Defesa Nacional Paulo Portas – *that is the problem!*

O grande problema é que as pessoas não têm acesso (e vão ter) ao contrato, não têm acesso sequer a esta cláusula...

Portanto, o Henrique Neto perguntou, com a maior naturalidade, por que é que não foram para tribunal? Bom, porque não podiam, porque tinham renunciado a essa prerrogativa e, portanto, julgo que isto ajuda a completar o seu olhar, que é um olhar visto, digamos, da empresa para um aparelho de Estado, que também conhece muito bem, onde há poderes separados, incluindo o poder judicial ou a investigação criminal, que não pode ser influenciada nem condicionada pelos Governos, e, portanto, o

Governo, a partir de 2007, só podia dar meios para a investigação criminal, não podia interferir nela ou dizer: «cuidado que o programa de contrapartidas vai ao ar. Nunca mais a Ferrostaal está em condições de prestar contrapartidas!». Não se podia dizer isto! Só se podia tentar gerir o processo com os meios legalmente admissíveis.

Portanto, julgo que o seu comentário sobre as contrapartidas segue esta preocupação de agregação, mas julgo que lhe faltam, ainda, elementos, que nós estamos a apurar, para que o juízo que faz sobre as contrapartidas possa ser, digamos com as *nuances* que não misturem consequências, de causas muito diferentes.

E pergunto-lhe: o que é que acha deste tipo de precaução, que me parece ser necessária para fazermos esta análise?

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Sr. Deputado, eu, como empresário e como cidadão, acho que a prudência é sempre boa conselheira. Não tenho nada contra a prudência, mas tenho contra a fraqueza.

Eu interrogo-me, Sr. Deputado, muitas vezes, quase todos os dias: porque é que o País está no buraco em que está? E, se calhar, está no buraco, porque aconteceram coisas no País, das quais as contrapartidas, provavelmente, serão uma questão pequena, mas o que aconteceu nas contrapartidas, provavelmente, dava-nos para perceber, num cenário maior, as causas do buraco em que estamos todos metidos coletivamente.

Nunca me preocupei, porque não era a minha área, com os concursos e por que é que a Ferrostaal ganhou o concurso ou por que é que a AgustaWestland ganhou o concurso... Não era o meu problema; assumi que o Estado português tinha assinado os contratos, que o Estado português tem pessoas e não faltam para aí advogados, é um país de advogados e eu

nem sequer sou jurista pelo que não me vou pôr a ler os contratos, embora tenha curiosidade, mas não é o meu papel. Eu preocupava-se que aquilo que foi escrito fosse cumprido, principalmente aquilo que foi determinado com a minha empresa, para já, e também com as outras.

Daí que me tenha preocupado sempre com a execução das contrapartidas e as minhas interrogações todas foram sempre no sentido de saber por que é raio isto não é feito, sendo coisa fácil de fazer.

Em determinada altura, no caso da AgustaWestland, eles até nos disseram, e nós ficamos todos satisfeitos, que tinham arranjado um técnico português que ia trabalhar para a empresa para ajudar a fazer as contrapartidas. Enfim, houve coisas deste tipo, houve esses altos e baixos.

Esse era o nosso problema e o único problema que me interessa, nesta fase do campeonato, é saber por que as contrapartidas não foram feitas. E, se não foram feitas por culpa da Escom, como estou convencido, por que é que o Estado português não atuou e até, se quiser, o nome da Escom, como empresa, foi sendo, ao longo dos anos, degradado a ponto de as pessoas se interrogarem sobre se era a entidade capaz de levar a bom termo esta tarefa. Mas nunca foi posto em causa por ninguém o papel da ESCOM. Eu teria posto, mas ninguém o fez!

Portanto, essa parte, sinceramente, Sr. Deputado... Se o contrato dos submarinos, ou dos helicópteros, ou de ambos tinha cláusulas que impediam o Estado de atuar no caso de o contrato não ser cumprido, a minha estupefação é total, porque ninguém, no seu juízo, mesmo não sendo jurista, vai assinar um contrato que tem lá uma cláusula qualquer que, se não for cumprido, não pode fazer nada, ou melhor, não pode atuar em juízo. Ninguém faz isso!... Aliás, põe-se sempre no final do contrato qual é o tribunal que vai julgar aquilo: se é o tribunal internacional, no caso, ou

nacional, e as partes têm de estar de acordo quanto a isso, não é? Como empresário, não sendo jurista, sei que é isso.

Portanto, se me diz que não se podia fazer nada nos contratos, então, que raio...! E logo nos dois! Porque o Sr. Deputado fala-me dos submarinos, mas como aconteceu o mesmo com os helicópteros, eu tenho que assumir, por aquilo que me diz, que também nos helicópteros há lá uma cláusula qualquer que impede a participação jurídica a uma entidade.

Não lhe posso responder muito mais do que isto, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Agradeço a resposta, naturalmente, e não vou fazer nenhuma outra pergunta a não ser a de lembrar que, talvez por lapso, a pergunta que tinha feito, que foi soterrada por várias considerações, sobre se no seu relacionamento com a Escom tinha havido algum momento de pressão inadequada, porquê e em que circunstâncias, ficou pendurada.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Dr. Henrique Neto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Por acaso, houve, Sr. Deputado. Aliás, a minha história com a Escom é mais complexa do que aquela que aqui relatei, hoje.

Houve, realmente, um momento, mas vou escrevê-lo nas minhas memórias, que não teve a ver com as contrapartidas, porque, se tivesse, eu dizia, mas não teve! Teve que ver com uma reclamação, um protesto e denúncias várias que fiz relativamente à compra pela Petrogal da Petrocontrol e a venda à ENI.

Em relação a esse caso, que não tem que ver com isto, mas já que o Sr. Deputado perguntou, posso dizer que foi um momento triste, que me fez pensar que a Escom, já na época, não era uma empresa em que se pudesse confiar, etc..

E também é verdadeiro o que o Sr. Deputado, mais ou menos, sugeriu que os empresários portugueses, para o bem e para o mal, dependem, muitas vezes, dos bancos. Mas essa é outra história, que fica para as memórias.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado, Sr. Dr. Henrique Neto.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, que dispõe também de 10 minutos.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Dr. Henrique Neto, como alguém que também exerceu aqui funções, durante vários anos, e, portanto, é esta também, seguramente, a sua Casa.

Queria começar por sublinhar, o que não posso deixar de fazer, Sr. Presidente, que, para quem, de vez em quando, aponta o dedo ao CDS, dizendo que o CDS faz aqui depoimentos, não deixa de ser curioso que o Sr. Deputado José Magalhães tenha procurado, ao longo de 15 minutos, fazer também aqui o seu próprio depoimento, deixando, depois, no fim, uma pergunta meia vaga...

O Sr. **José Magalhães** (CDS-PP): - Eu sou contaminado pelo Sr. Deputado Lobo D'Ávila, Sr. Presidente!

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - Depois, também não deixa de ser curioso que o Sr. Deputado José Magalhães, quase como numa espécie de apagão histórico, faça um percurso histórico desde 1990 e omita o período de 2005 a 2011.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - É obra!

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - Provavelmente, não será por qualquer circunstância que não seja também o facto de ter exercido funções governativas nesses Governos.

Sr. Dr. Henrique Neto, queria dizer-lhe que conhecemos bem as posições que o Sr. Doutor tem adotado e tem manifestado publicamente, ao longo dos anos, quer aqui nesta Casa, enquanto Deputado, quer também como Presidente da Iberomoldes. De facto, as suas posições, os seus depoimentos, as suas entrevistas é tudo público.

Posso dizer-lhe que, para preparar esta audição, tive oportunidade de ir ler as declarações que o Sr. Doutor proferiu, também no âmbito desta Casa, na Comissão de Economia, a propósito deste tema, e, por isso, queria, se me permite dizer-lhe que vou procurar cingir-me àquilo que foi o objeto da carta que dirigiu a esta Comissão com o pedido de ser ouvido e, sobretudo, aproveitar para, relativamente a alguns temas que acrescentou, colocar-lhe algumas perguntas.

Na carta que nos dirigiu, o Sr. Dr. Henrique Neto diz-nos que: «nós precisávamos de ouvir os senhores da Escom», coisa que nós, por acaso, já tínhamos feito.

O Sr. **Presidente**: - Em parte!

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - Sim, em parte, Sr. Presidente.

Por outro lado, o Dr. Henrique Neto diz aqui, numa expressão muito engraçada, que: «seguir o dinheiro». De facto, sabemos que estamos no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Parlamento português, sabemos também que - e todos não nos confundimos - não temos as atribuições do Ministério Público e, inclusivamente, é público que o Ministério Público já tomou um conjunto de diligências sobre essa matéria e, segundo consta e segundo tive a oportunidade de ler já houve notícias – passo a publicidade - no *Expresso*, que relatam esse seguimento do dinheiro.

Mas, enfim, eu não queria ir por aí até porque na carta que o Dr. Henrique Neto nos dirigiu refere que se sentiu insultado por um conjunto de declarações que foram aqui proferidas e, hoje, acrescentou mais algumas considerações que, acho, são muito interessantes, nomeadamente em relação ao período do apagão do Deputado Magalhães.

É que o Dr. Henrique Neto disse-nos que o Eng.º Rui Neves, presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas, «ficou-se pelo pequeno-almoço»... Eu não sei se se ficou pelo primeiro pequeno-almoço e, depois, aquilo eram só promessas incumpridas – e, enfim, também não vou fazer considerações políticas sobre isso. E, quanto ao Embaixador Pedro Catarino, disse-nos que era melhor, queria fazer umas coisas – foi esta a expressão que usou -, mas com muita inexperiência.

A primeira pergunta que lhe queria colocar é que, de facto, Sr. Doutor, isto não joga com as declarações políticas da altura.

Em 2006, o então Governo de Sócrates anunciava, como objetivo, que, até ao final do verão, iria resolver os atrasos todos das contrapartidas. E eu queria, até, sublinhar aqui uma declaração do Eng.º Rui Neves,

presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas, que dizia, na altura, a propósito das contrapartidas, onde o Sr. Doutor até esteve envolvido, no caso dos EH-101: «quase tudo está por cumprir exceto a parte correspondente às OGMA, mas que rapidamente, em 45 dias, todos os problemas e atrasos iriam ficar resolvidos».

Esta é uma declaração de um responsável de contrapartidas da altura, do Governo de Sócrates, que é pública, em que, repito, ele dizia que «em 45 dias ia resolver tudo aquilo que não resolveu».

Ora nós, hoje, estamos em 2013 e sabemos o grau de execução de muitas destas contrapartidas...!

E a primeira pergunta que lhe coloco, até porque o Sr. Ministro Luís Amado, também nesta Casa, nos disse que: «A nova Comissão Permanente de Contrapartidas – isto aquando da discussão da Lei de Programação Militar de 2006 – com uma estrutura permanente, dotada de capacidade técnica própria, com competência para gerir não apenas o processo de negociação dos contratos mas também a sua execução é absolutamente determinante para conseguirmos realizar os objetivos de satisfação das expectativas da indústria portuguesa neste domínio».

Sr. Doutor, que comentário é que se pode fazer sobre isto, passado este período do apagão do Deputado Magalhães.

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Eu não me determino muito por razões partidárias, ainda que tenha as minhas ideias políticas, como é evidente.

Mas a minha motivação, aqui como noutras circunstâncias, é aquilo a que, talvez achem pomposo de mais, eu chamaria o interesse nacional e, neste caso, também o interesse de uma empresa, que era a minha.

Tínhamos um objetivo, que era muito importante para a empresa, era estratégico, que era o de entrar no setor da aeronáutica. Tínhamos entrado no setor automóvel, que ia evoluir no sentido dos compósitos e nós queríamos estar nisso. Essa era a nossa motivação e ponto final.

O Sr. Deputado disse que eu, na minha carta, dizia que tinha ficado ofendido e fiquei, realmente fiquei, porque li no jornal que dois responsáveis políticos – e, pelo menos a mim, não interessa se são do partido *A* ou do partido *B* - e, apesar de tudo, ser ministro é um lugar de grande responsabilidade, qualquer que seja a personalidade...

Ser Ministro da Defesa ou ser Ministro da Economia, ter o encargo de fazer coisas, nomeadamente de concretizar as contrapartidas, chegar à Assembleia da República, que continuo a achar que é um sítio onde as pessoas têm que ponderar muito bem as palavras, e dizer que «as contrapartidas são imaginárias ou são um embuste...», confesso que isto é uma coisa que, na minha cabeça, não se pode passar num País normal. Porque, se são imaginárias, é lá, no Ministério, que isso tem que ser resolvido, pondo isso no real. E se são um embuste, tem que ser denunciado. Por quem? Pelo Ministro. Um Ministro que diz coisas destas, ou não pensou... E não o disse no café, disse-o aqui, na Comissão, na Assembleia da República, e eu acho isto uma coisa... Eu costumo dizer, muitas vezes: não estraguem mais este País, porque é o único que eu tenho! Mas isto é estragar o País.

Pronto, este é um desabafo de alma.

Portanto, eu não vou fazer diferenças entre a Comissão *A*, a Comissão *B* ou a Comissão *C*. Como eu disse, houve uma evolução... Podia fazer uma diferença se falasse na Comissão do Eng.º Torres Campos, mas não se justifica.

Das três Comissões com quem trabalhei, elas comportaram-se todas da mesma forma. Talvez a Comissão presidida pelo Sr. Embaixador tenha mostrado mais... Também eram as circunstâncias, porque a ideia de que não haveria contrapartidas, que, penso, era dominante, pelo menos na Escom era com certeza e nas empresas vendedoras de equipamentos, essa ideia começou a mudar dada a pressão dos jornais e começou a ter que se fazer contrapartidas.

Do meu ponto de vista, melhor teria sido que não tivessem sido feitas, porque temos que fazer uma avaliação e, tanto quanto sei, há uns «caixotes» em Viana do Castelo que não servem para nada, aquilo foi uma... burla, e as palavras devem de ser usadas. Há contrapartidas e há contrapartidas, ou seja, há contrapartidas que servem objetivos nacionais e pode haver contrapartidas que só desacreditam o Estado português.

Portanto, não vou aqui fazer diferenciação e esse é que é o meu problema, Sr. Deputado, porque eu também tenho convicções políticas e ao verificar que cinco Governos – como escrevi no meu texto – passaram por isto e não houve uma alteração no caminho, pelo menos das Comissões, que eram nomeadas por Governos diferentes... A minha mãe costumava dizer que «as mesmas causas produzem os mesmos efeitos»... Portanto, a causa tem de ser comum. E esta Comissão, provavelmente, vai ter que encontrar qual foi a causa que permitiu que, durante quase 15 anos, cinco Governos se tivessem mostrado incapazes de fazer cumprir contratos que assinaram com entidades estrangeiras.

É isto que posso dizer.

O Sr. **Presidente**: - Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - Sr. Doutor, a análise que faz sobre o funcionamento da Comissão Permanente de Contrapartidas, acho, está clara para todos.

O Sr. Doutor que referiu que tinha tido um encontro com o Sr. Ministro Luís Amado e que ele lhe tinha dito que na Defesa eles não sabiam nada – acho que foi isso que o Sr. Doutor disse – sobre contrapartidas, porque essa era uma questão da Economia e disse também que, depois, mais tarde, teve oportunidade de se cruzar com o Ministro Pinho, num elevador, ele até manifestou surpresa por encontrá-lo por ali, e que, segundo tomei nota, também o Ministro Pinho não percebeu nada disto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Disse que não percebeu...

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - Sim, mas a pergunta que lhe queria colocar tem também a ver com o desabafo que aqui fez.

Tive a oportunidade de ler num órgão da comunicação social umas declarações do Sr. Doutor a propósito desta maior compreensão política no Ministério da Economia sobre contrapartidas e também tomei nota do que o Sr. Doutor referiu, ou seja, que enviou uma carta ao Ministro Pinho, dizendo que estava muito surpreendido pelo facto de ele não responder às cartas que lhe tinha dirigido sobre as contrapartidas e que dele tinha apenas recebido duas cartas: uma, a convidá-lo para uma tourada e a outra para uma exposição de fotografia.

E eu gostava de saber confirma isto.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Dr. Henrique Neto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Isso é, digamos, a parte do humor... O Sr. Deputado compreenderá que isso foi fazer humor com a realidade, mas foi verdade.

Eu escrevi várias cartas ao Sr. Ministro Manuel Pinho, que não respondeu a nenhuma. E, por acaso, uma vez, indo ao arquivo para ver as cartas que tinha mandado, deparei-me que, realmente, a minha secretária tinha lá posto duas cartas dele e eu achei que aquilo tinha graça: uma, era a convidar-me para uma tourada e outra para uma exposição de fotografia.

Bom, eu teria preferido que ele respondesse às cartas que lhe tinha enviado sobre as contrapartidas. Mas é da vida! - como diria um político português conhecido.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): - É da vida é, Sr. Doutor! É da vida daquela que é a avaliação das contrapartidas por parte de cada um dos responsáveis políticos no tempo do apagão do Deputado Magalhães.

Queria apenas fazer-lhe mais uma pergunta, que tem a ver com uma afirmação, que também aqui proferiu e que é a seguinte: diz o Sr. Doutor que, até ao primeiro contrato dos helicópteros, corria tudo lindamente, referindo-se à Comissão presidida pelo Sr. Eng.º Torres Campos.

Ora, gostava de lhe perguntar se continua a ter essa opinião, sobretudo quando sabemos, hoje, que em 20 de dezembro de 2001 foi assinado o contrato de aquisição dos helicópteros sem que existisse qualquer lista de contrapartidas à data.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Dr. Henrique Neto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Sr. Deputado, essa parte eu não sabia.

Aqui que eu disse e reitero é que a nossa colaboração com a empresa Escom funcionou bem e, tanto quanto sei também com as outras empresas, porque falei com elas, até à assinatura desse contrato.

Claro que eu não sabia, nem na altura nem até hoje, aquilo que me diz agora, ou seja, que quando foi assinado o contrato da compra não teria havido contrato de contrapartidas.

Repare: isso, por si só, inviabilizaria as contrapartidas. E inviabilizaria porque não havendo contrato de contrapartidas, quando se faz a compra...

Aparte inaudível.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Nós trabalhamos e o que posso dizer ao Sr. Deputado é que é estranho, do meu ponto de vista, que isso tenha acontecido, porquanto o trabalho que foi feito, durante um ano, pelo menos, antes dessa data, foi exatamente no sentido de elaborar com extrema finura o que é que iam ser as contrapartidas.

Quanto a essa pergunta – e peço desculpa por fazer esta sugestão –, se os Srs. Deputados ainda têm reuniões com a Escom seria interessante saber se a Escom juntamente com as empresas portuguesas detalhou tantos milhões para fazer isto, tantos milhões para fazer aquilo, tantos milhões para fazer aqueloutro, com um organigrama de tempo, etc., e, se fez isso muito antes da assinatura do contrato, por que é que isso não fez parte do contrato? É uma pergunta...

O Sr. **Filipe Lobo D'Ávila** (CDS-PP): - Sr. Doutor, é uma pergunta desconcertante.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - A sua ou a minha resposta?

O Sr. **Filipe Lobo D'Ávila** (CDS-PP): - A sua sugestão!

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - É.

Mas também hoje eu estava lá fora e ouvi o Sr. Comandante dizer aqui uma coisa que me interessou extremamente – e sobre os submarinos -, que foi o seguinte: contratualmente, a empresa alemã, a Ferrostaal, ficou obrigada a fazer uma proposta de financiamento.

Isto disse o Sr. Comandante, e eu acredito que sim.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Tentou fazer!

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Não, ele disse que estava obrigada a fazer e que, depois, andou a tentar fazer, mas que o Governo português, em determinada altura, arranjou a sua proposta de financiamento entre a UBS e o BES.

O Sr. **Filipe Logo D'Ávila** (CDS-PP): - Crédit Suisse!

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Sim, Crédit Suisse e o BES.

Bom, então, as perguntas óbvias a fazer ao Sr. Comandante serão: eles chegaram a fazer essa proposta ao Governo português? Se fizeram, ela é melhor ou pior do que aquela que foi aprovada? Se não foi feita a

proposta, que, segundo ele disse fazia parte do contrato, foi porquê? Se não fizeram a proposta, foi porquê?

As interrogações são muitas e passam todas pela Escom, quer queiramos quer não.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, vou dar-lhe já a palavra, mas, antes, gostava só de dizer ao Sr. Dr. Henrique Neto que, neste caso concreto, penso que não cometi nenhum erro, a Comissão apurou esses factos e essa matéria...

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Ainda bem!

O Sr. **Presidente**: - Eu penso que o que aconteceu foi que o Governo português decidiu avançar para um leilão bancário e, portanto, o esforço, que estava a ser feito de uma proposta, foi prejudicado pela mudança e pela deliberação de avançar para um leilão bancário com 10 concorrentes iniciais e seis finais, penso eu.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Ele não teria comparado o resultado final?

O Sr. **Presidente**: - Certo! Mas se avançou com o leilão, todos poderiam ter ido a esse leilão...

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Bom, eu não sabia e por isso fiz essa intervenção...

O Sr. **José Magalhães (PS)**: - E o leilão teve um vencedor, o BES!

O Sr. **Presidente**: - Sim, o leilão teve um vencedor, mas, depois, os termos essa é outra questão, que também aqui discutimos.

Agora, a resposta à sua pergunta de por que é que não avançou, é essa, foi porque o Governo português decidiu...

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Então, já não se justifica perguntar ao Sr. Comandante. Tem toda a razão!

O Sr. **Presidente**: - É isso!

Sr. Deputado, pode continuar. Desculpe tê-lo interrompido, mas era só para prestar este esclarecimento.

O Sr. **Filipe Lobo D'Ávila** (CDS-PP): - Sr. Doutor, eu queria voltar ao caso dos helicópteros, porque no caso dos helicópteros, do meu ponto de vista, foi o primeiro grande contrato realizado nos últimos anos e que é o primeiro dos sete que está aqui em análise.

De facto temos um contrato assinado no dia 20 de dezembro de 2001, uma data que não deixa de suscitar alguma curiosidade, atendendo ao tempo político que se vivia na altura, mas esse contrato foi assinado sem contrato de manutenção, com um contrato de contrapartidas mas sem lista de contrapartidas, e, portanto, um contrato oco, vazio, sabendo nós, agora, pelo Sr. Doutor, que havia trabalhos de negociação de contrapartidas.

O Sr. **Presidente**: - Faz favor, Sr. Doutor.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - O que posso dizer é que me surpreendi pelo facto de não estarem lá as contrapartidas.

Quanto à manutenção, a minha surpresa já tem muitos anos e, repare, eu não concebo que... Os helicópteros são a máquina mais complexa e com maior nível de custos de manutenção de todas as máquinas militares. Toda a gente sabe isso, não há ninguém que não saiba que um helicóptero tem uma manutenção feroz. E portanto...

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Essa é uma questão de especialistas!

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Não é uma questão de especialista, do meu ponto de vista, é uma questão de cultura geral, não é? Não posso ser mais duro do que isto!

Quando eu soube que isso não foi feito, não queria acreditar. Depois, quando soube que o Estado português, praticamente, se estava a ajoelhar perante o vendedor que estava numa posição fortíssima e que chegou ao ponto de não fornecer – segundo o que eu conhecia, na altura – os livros de manutenção, ao menos os livros, porque nós tínhamos competência, nomeadamente em Monte Real, nas OGMA e até na TAP, se fosse caso disso, para fazer a manutenção, mas eram precisos, apesar de tudo, os «livrinhos»...

Sr. Deputado, num País onde isto acontece... Do meu ponto de vista, não devia acontecer e devia ser muito estudado e a Assembleia da República, que é o sítio onde os Governos são fiscalizados, deveria ter aqui uma responsabilidade grande. E também o Tribunal de Contas, diga-se de passagem.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, por favor.

O Sr. **Filipe Lobo D'Ávila** (CDS-PP): - Sr. Doutor, queria dizer-lhe que fico muito contente, por, finalmente - deixe-me dizer-lhe que a sua qualidade de socialista não acho que seja relevante para este enquadramento –, ter um socialista a concordar comigo nesta surpresa.

É que eu perguntei a dois Ministros da Defesa socialistas, cujos nomes não vou dizer para não ferir a suscetibilidade de ninguém, mas é público para quem acompanhou estes trabalhos, o primeiro disse que «não era preciso contrato de manutenção, porque estava dentro da garantia» - extraordinária a resposta! -, mas o segundo ainda deu uma resposta mais hilariante, diria eu, foi que «também não era preciso contrato de manutenção, porque eram novos».

Portanto, sobre esta matéria, queria apenas sublinhar a minha satisfação por, finalmente, ter alguém do quadrante socialista, que não os Deputados socialistas que estão nesta Comissão, a concordar com a minha surpresa, e queria sublinhar isso.

Queria terminar com uma última pergunta, porque o Sr. Doutor referiu um tema, que acho que é o tema central de toda esta questão e muito daquilo que foram os nossos trabalhos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem a ver com a execução das contrapartidas.

Nós podemos pôr mais picante, podemos dizer que é o ministro socialista, que é o ministro democrata-cristão, que é o ministro social-democrata... Mas andamos todos a enganar-nos uns aos outros, Sr. Doutor, porque a questão é de saber por que razão é que houve um grau de execução tão baixo na generalidade destes projetos, com algumas exceções.

E é curiosa a afirmação do Sr. Doutor quando diz que a empresa, referindo-se à Escom, presumo, ganhou todos os concursos, deixando subjacente a ideia de que havia aqui o compromisso de que não era preciso cumprir com as contrapartidas, que as contrapartidas eram apenas um pró-

forma «para inglês ver» ou, no caso, para portugueses ver, mas que, depois, não seriam cumpridas na prática porque o que interessava era o contrato. Portanto, creio que ficou um bocadinho subjacente esta sua posição.

A primeira nota que queria fazer é a que, de facto, a Escom não ganhou todos os concursos! A Escom ganhou dois concursos, por acaso os dois concursos em que o Sr. Doutor até esteve envolvido em alguns dos projetos das contrapartidas: o concurso dos helicópteros EH-101, o famoso concurso que também é um apagão ali para o Sr. Deputado José Magalhães, em que ganhou o tal consórcio da empresa italiana e concurso dos submarinos.

Mas a Escom assessorou, segundo hoje sabemos, candidatos nos concursos dos Pandur, no concurso dos aviões C-295, no concurso para a arma ligeira, salvo erro como disse-nos aqui o Dr. Miguel Horta e Costa, e no concurso dos torpedos e perdeu nestes concursos.

Portanto, a ideia de que a Escom ganhou todos os concursos não corresponde à realidade, o que me leva a uma dúvida, que não queria deixar de lhe colocar, que é seguinte: se assim foi, há, de facto, aqui um problema estrutural, com a Escom ou sem a Escom, que tem a ver com o grau de execução das contrapartidas.

Ora, eu acho que isso tem uma outra causa e gostava de lhe perguntar, ligando esta pergunta final com a primeira, porque aquilo que me parece, por aquilo tudo que foi aqui referido, por tudo aquilo que nós aqui já ouvimos ao longo destas mais de 50 audições, por aquilo que o Sr. Dr. Henrique Neto aqui nos diz hoje, é que, por vezes, na execução e no acompanhamento das contrapartidas, por um lado havia inexperiência do ponto de vista técnico e, por outro lado, havia falta de compreensão ou de atenção por parte dos responsáveis políticos.

Julgo que isto é absolutamente evidente para todos e eu gostava de lhe perguntar se é assim, terminando ao estilo do Deputado Magalhães.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Sobre a minha suposta independência nestas questões, agradeço o seu cumprimento e aproveito o momento para recordar que, nesta Casa, não sei se até nesta mesma sala, causou-me grandes problemas políticos ter assinado, em meu nome, conjuntamente com um relator do CDS, à época, um relatório sobre uma comissão de inquérito, sendo eu Deputado do Partido Socialista e contra a opinião do meu partido, o que não me causou poucos problemas, como compreenderá. Aliás, quero dizer-lhe que ainda hoje não estou arrependido de o ter feito. O Deputado do CDS, que, infelizmente, já morreu há bastantes anos, fez um excelente relatório.

Quanto à sua pergunta, como disse na minha intervenção inicial, estou profundamente convencido de que a Escom assumiu o compromisso de que as contrapartidas em Portugal, de que o Estado não era muito organizado... Enfim, uma história qualquer que deve ter contado aos alemães, aos ingleses e aos italianos e que o melhor que eles tinham a fazer era deixar à Escom o encargo de resolver o problema se, para isso, lhe pagassem bem.

A pergunta que foi feita ao Sr. Comandante é um bocado óbvia: pagar 25 ou 30 milhões por uma consultadoria... É que quando viajávamos e visitávamos as fábricas, eles não iam; íamos nós, às nossas custas, com os técnicos muitas vezes, e, portanto, eles não gastaram dinheiro e a Escom estava ali para ganhar o seu, e isso não é crime. Nesse aspeto, não tenho

nada contra. Mas, depois, tinham obrigação de ter cumprido as contrapartidas e não cumpriram.

Por isso, estou convencido que havia um acordo nesse sentido. Repito isso e estou profundamente convencido! E porquê? Porque, ao longo de tanto tempo, não se alterou a posição da Escom. Nós mandávamos uma carta e eles respondiam: «Estamos a tratar de..., vai haver uma reunião..., eles vêm cá daqui a três meses e, nessa altura, vamos reunir...» Eram sempre coisas deste género que, no início, ainda poderíamos aceitar, mas, à medida que isso foi acontecendo, era o limite para mim e para toda a gente...

Só no momento em que, realmente, a opinião pública ou, pelo menos, a opinião publicada, começava a mexer muito nisto é que a Escom se começou a mexer para arranjar qualquer coisa e, ou por incapacidade, ou por oportunismo, porque também havia uma tentativa da parte da Escom – eu não mencionei isso – de passar a culpa, ou seja, a Escom ao fazer propostas que as empresas não aceitassem ou que as Comissões não aceitassem – e isso aconteceu mais do que uma vez –, passava um pouco o ónus da culpa da não execução quer para as Comissões quer para as empresas, no sentido de dizerem: «já lhe fizemos três propostas e não as aceitam e, então, o que é que querem?». E eu dizia sempre o mesmo: «Façam as propostas que estão nos acordos. Nós não precisamos de mais propostas temos aqui as propostas, são estas que estão aqui, é isto que a gente combinou que ia fazer».

Portanto, era uma atitude incompreensível se não houvesse um acordo para não fazerem as contrapartidas. Repito isso; sei que é desagradável para muita gente, mas é a minha convicção.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Doutor, pelas suas respostas.

Termina aqui a inquirição por parte do Sr. Deputado Lobo D'Ávila, do CDS-PP.

Passamos ao Partido Comunista Português, com o Sr. Deputado João Ramos, que dispõe também de 10 minutos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Henrique Neto.

Nesta fase da audição, já muitas matérias foram abordadas, muitas perguntas foram respondidas e, por isso, não tenho muitas mais questões para lhe colocar, contudo começo por esta última questão que esteve a abordar, realçando que já nos tinha referido e voltou a fazê-lo agora, que era sua convicção que a Escom recebeu o dinheiro para que as contrapartidas não fossem cumpridas, partindo-se do pressuposto que as entidades, nomeadamente a Ferrostaal, envolvida no processo de contrapartidas, nunca fez intenção de as cumprir.

Aliás, isto não deixa também de se cruzar um bocadinho com aquilo que ouvimos, na audição anterior, de que a Ferrostaal tinha consciência de que, tendo em conta aquilo que eram as características do País e a dimensão, o cumprimento das contrapartidas não seria tarefa fácil.

Referiu-nos, contudo, que a relação deste pagamento com o não cumprimento das contrapartidas era uma convicção sua e nesta sua última resposta falou naquilo que o levou a construir esta convicção.

Assim, o que lhe pergunto é se, neste processo do não cumprimento por parte da Ferrostaal das contrapartidas, tendo em conta que a Escom tem uma relação com o Grupo Espírito Santo e que a entidade que veio a financiar a aquisição dos submarinos também está relacionada com o Grupo Espírito Santo, no âmbito daquilo que conhece algo o leva a pressupor que possa haver aqui um relacionamento entre uma coisa e outra,

entre o desenho e o modelo de financiamento e este processo todo de assessoria por parte da Escom que, afinal, tem por detrás uma entidade em comum?

O Sr. **Presidente**: - Sr. Doutor, tem a palavra para responder, por favor.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Bom, sendo a Escom uma empresa do Grupo Espírito Santo é um bocado óbvio que o Grupo não era a mão esquerda e a mão direita que não se falavam; é evidente que tinham que ter relações e que deviam ter uma estratégia comum, todavia não posso dizer que o financiamento foi feito por esta ou aquela razão...

Como disse já aqui hoje, nunca me preocupei nem com os aspetos de financiamento e tendo-me sido dito que houve um leilão... Por um lado, temos, pelo menos, esta resposta e, por outro lado, nunca me preocupei com essa questão; preocupei-me sempre com a execução, repito, das contrapartidas e na execução das contrapartidas, a Escom está no centro da não execução e não vejo razão alguma que pudesse justificar anos seguidos de inoperância de um agente que tinha uma empresa que não era uma empresa de vão de escada, era uma empresa que tinha bastantes técnicos a trabalhar com eles, etc.

Portanto, não é normal uma tal incapacidade se não fosse por uma razão qualquer e a única razão que encontro, pensando muito nisso, é não ver que o trabalho que eles faziam de consultadoria pudesse ser pago por um valor tão elevado. Não cabe na caneca de ninguém, acho eu!

A pergunta seguinte será: por que é que empresas internacionais, habituadas a estes trabalhos, pagam um valor tão elevado para assessorar as

contrapartidas, com a nota de que nem sequer fizeram grande trabalho visto que não houve execução.

Portanto, não tenho qualquer explicação um valor tão grande. Nós somos pessoas crescidas e pensamos se alguém paga este valor é porque há alguma razão para pagar...! Não é? E a única razão que descobri, ao longo destes anos, coerente com o comportamento das pessoas na Escom, foi que eles não tinham intenção de fazer as contrapartidas.

O Sr. **Presidente**: - queria continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Repare que nas intervenções coloca uma ênfase muito grande na responsabilização da Escom no cumprimento das contrapartidas.

Gostava de lhe perguntar por que é que coloca essa ênfase na Escom, tendo em conta que a responsabilidade de acompanhar o cumprimento das contrapartidas devia caber à Comissão de Contrapartidas e não à Escom. Por que é que faz essa ênfase na Escom?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Doutor Henrique Neto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Sr. Deputado, é uma questão de hierarquia.

A Escom é uma empresa privada, que tem responsabilidades pelo facto de o ser, que assinou um contrato, que fez acordos com umas dezenas de empresas portuguesas, que não cumpriu e não se esforçou por cumprir, porque até podia não cumprir por razões compreensíveis, mas não cumpriu.

Se me perguntar: mas iliba disso as Comissões? Claro que não! Aquilo que disse, na minha intervenção inicial, foi mesmo isso: as três

Comissões com quem trabalhei, mantiveram todas um comportamento pouco ativo, pouco dinâmico, muito seguidista, se quiser, em relação ao que a Escom fazia ou não fazia.

Portanto, se quiser uma hierarquia, eu coloco a Escom num primeiro plano de responsabilidade, coloco as Comissões num segundo plano e coloco o Estado português num terceiro plano e nem sequer digo que uns são mais responsáveis que os outros, porque é evidente que, quem está por cima e nas empresas é assim, na minha sempre foi assim, quando qualquer coisa corre mal é o empresário que responde por tudo. Eu sempre fiz isso e nunca fugi a isso! E o Estado português é o mais interessado em que as coisas corram bem.

Gostaria ainda de enfatizar isso, porque aquilo que me custa, Sr. Deputado, é ver que Portugal tem enormes oportunidades económicas, ainda hoje, tem enormes oportunidades de fazer crescer a sua economia e aumentar as exportações, mas tem que haver uma estratégia, tem que haver uma ideia para o País, que, depois, tem que ser consubstanciada em coisas concretas.

Naquela altura, eu acreditava muito no desenvolvimento da indústria aeronáutica; hoje acredito noutras coisas... Não é o sítio para falar nelas, mas a verdade é que há oportunidades. E quando um País tem empresas que se devotam a fazer coisas, que mostraram que têm capacidade para as fazer, que têm dimensão para as fazer - porque não era um problema cumprir as contrapartidas, do ponto de vista das empresas -, não se consegue aproveitar as oportunidades que temos e, depois, recuamos e estamos sistematicamente à procura de soluções, que ninguém sabe muito bem quais são, o País vai empobrecendo não há alternativas.

Aliás, na altura, dos poucos Deputados que me responderam um deles foi do Partido Comunista - deve estar aqui uma carta minha -, que, na

altura, contactou-me e perguntou-me uma série de coisas e eu respondi-lhe nesta ótica: são oportunidades para a economia portuguesa, para o emprego e, enfim, se quiserem – e não gosto muito de fazer demagogia fácil -, são oportunidades para a economia e, ao desperdiçar estas oportunidades, empobrecemos o País, quer queiramos quer não.

E este não é um problema do partido *a*, do partido *b*, do partido *c*, do Governo *a*, do Governo *c*; é um problema que já tem 20 anos! E isso é que é preocupante!

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Mas essa ênfase que coloca na Escom, leva-nos a dizer que por trás da ESCOM estão os consórcios que venderam os equipamentos militares e esses têm as suas responsabilidades pelo não cumprimento das contrapartidas. Presumo, então, que coloque essa ênfase na Escom, porque foi a Escom que desafiou as empresas a entrarem neste negócio.

Outra constatação e afirmação que fez foi a de que, a partir da assinatura dos contratos dos helicópteros, começou a correr mal - foi isso que nos disse!

Ora, isto também ajuda a reforçar aquela ideia de que as concessionárias nunca tiveram grande vontade em cumprir as contrapartidas, isto ligando uma coisa outra. A Ferrostaal dizia que em Portugal era difícil cumprir e, quanto aos helicópteros, tem a sensação de que, a partir de certa altura, quando está garantida a venda, então, esquecemos a questão das contrapartidas. Era isso?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Quer dizer, essa ideia de que era difícil cumprir as contrapartidas é totalmente falaciosa, pois se há empresas portuguesas, e não uma nem duas, mas duas dezenas, que fazem acordos escritos, que elaboram o que querem fornecer, onde havia tecnologia e transferências de tecnologia, como é que alguém pode dizer que não há condições para...? É preciso é executar o que está no papel!

Portanto, dizer isso é falacioso, não tenho nenhuma dúvida. Aliás, já agora, leio o último parágrafo da carta que escrevi ao Sr. Deputado Agostinho Lopes, se o Sr. Presidente me dá licença...

O Sr. **Presidente**: - Com certeza, está no seu tempo de resposta e usá-lo-á como entender.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Então, é o seguinte: «Não lhe escondo, Sr. Deputado, que vejo com extrema preocupação o futuro da nossa democracia.

O ataque generalizado ao interesse público, feito por grupos de interesses organizados e a promiscuidade entre o poder político e esses interesses está a destruir a confiança dos cidadãos na democracia portuguesa e a abrir o caminho a todas as soluções autoritárias, com a nota de que a responsabilidade maior reside naqueles em que o povo tem depositado a sua confiança ao longo dos anos» – 23 de Setembro de 2005.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Gostava, agora, de lhe colocar outra questão, que tem a ver com as declarações que prestou na Comissão de Economia em 2006.

Referia, na altura, que estranhava que o Estado português não se envolvesse, nomeadamente na definição dos sectores estratégicos para os quais devia direccionar as contrapartidas» e dava o exemplo do Estado espanhol - aliás, já o referiu hoje aqui - em que a Espanha se tornou um dos principais fornecedores em algumas matérias por causa dessa estratégia.

Da parte do Estado português a noção que tem é de que não havia qualquer indicação e que estava completamente nas mãos da Escom ou nas mãos das concessionárias fornecedoras, a percepção de quais seriam os setores onde, eventualmente, se pretendesse desenvolver algumas áreas específicas e que fosse importante atrair conhecimento e tecnologia para o nosso País.

O Sr. Dr. Henrique José Sousa Neto: - Sim, só posso confirmar, Sr. Deputado.

Aliás, a crédito do Eng.º Rui Neves, naquela conferência de que falei e que se realizou no INET, ele tinha convidado a Comissão de Contrapartidas espanhola, representada por um senhor, que era o presidente, e uma senhora, que fizeram duas intervenções, explicando, com naturalidade – e não tinha nada de obscuro -, como é que funcionavam as contrapartidas em Espanha.

A única diferença que se podia achar que fosse uma inovação, e nem era uma grande inovação, era a de que em Espanha havia uma estratégia do poder político sobre as áreas em que as contrapartidas eram úteis. A aeronáutica foi a área privilegiada pelos espanhóis, enquanto em Portugal coube – o que é um absurdo, concordará, e isso talvez seja relevante para a Comissão – à Escom com as empresas portuguesas fazerem o desenho daquilo que seria desejável para Portugal em termos tecnológicos, etc..

Por acaso, eu acho que não houve um grande erro - até porque, repare, eu defendi aqui que era a aeronáutica -, porque as mesmas causas provocam os mesmos efeitos... Quando a Espanha estava interessada na aeronáutica, eu acho que devíamos estar também interessados especialmente nesta área, que foi a que eles escolheram, que foi a dos compósitos.

Aliás, os espanhóis escolheram-na mais tarde, não foi no início, ou seja, chegaram a isso mais tarde e isso tem a ver com a filosofia política, ideológica, etc.. A ideia de que as empresas é que definem tudo e que os Governos não têm obrigação de ter uma ideia estratégica para o País ou para a economia, eu sempre discordei dela, pois acho que as empresas têm de ter a sua estratégia, seja ela qual for, e têm de ter liberdade para a levar à prática – portanto, não me passaria pela cabeça impor qualquer estratégia às empresas.

Agora, o Estado pode também ter a sua estratégia e da fusão ou, se quiser, do conflito entre a estratégia do Estado e a estratégia das empresas – um conflito salutar - pode ser uma boa solução.

Para dar um exemplo acho que a grande oportunidade de Portugal, neste momento, reside em Sines, porque se Portugal ganhasse o mercado dos grandes barcos de contentores, como porto europeu de entrada, com uma certa dimensão, pelo menos semelhante à de Algeciras, até porque tem mais condições e está mais perto das rotas, os custos de... Bom, isto não tenha nada a ver mas, hoje, os produtos são feitos com componentes e peças que vêm de todo o mundo e, depois, são montados num determinado sítio e voltam outra vez pela mesma via, portanto, hoje, a logística e os custos logísticos têm uma importância enorme... Aliás, é por isso que a China consegue fazer maravilhas, porque tem toda a indústria ao longo da costa. Essa é uma das razões.

Portanto, em Sines nós criaríamos condições de atracção do investimento europeu de empresas para novos produtos e empresas integradoras.

Como a economia portuguesa é uma economia que vive muito do subcontrato e exporta componentes, passava a integrá-los com muito mais valor. Aliás, EU até escrevi um livro para explicar isto e costumo dizer que faço um molde para um para-choques e o molde vendo-o por 500 000 euros, mas se eu fizer o para-choques eu faço 5 milhões por ano, durante 10 anos... Uma coisa é fazer, ser subcontratado e outra coisa é ter uma produção integrada.

Ora, nós não temos um argumento, hoje, para atrair investimento estrangeiro, ou melhor, o nosso argumento, a meu ver, é conseguir custos logísticos mais baratos, sendo que temos uma indústria que é muito propícia a isso. Mas, enfim, isto são devaneios...

Isto para dizer que se não se discutir uma estratégia para o País, depois, quando se fazem contrapartidas, cada um faz o que pode. Mas esse não é o tema; o tema é que aqui não foram feitas quaisquer contrapartidas, não foi um problema de estratégia.

O Sr. **Presidente**: - Queria continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Entretanto, percebe-se, pela resposta que deu – e, aliás, já o referiu e até já outros empresários o referiram aqui - que as contrapartidas eram oportunidades únicas e que o Estado português ficou completamente à margem naquela que é a sua definição, sendo que a definição assenta exclusivamente, neste caso, numa empresa, que é a Escom. Aliás, se esmiuçarmos isto, vamos só até a uma pessoa, que é o Sr. Miguel Horta e Costa, que nos disse aqui que tinha ido desafiar a Escom

para entrar neste negócio... Por isso, há aqui uma pessoa a definir a estratégia toda e o Estado fica à margem.

A última questão que lhe queria colocar tem a ver com as Comissões e com uma coisa, a que já referiu hoje e tinha referido em 2006, quando dizia que as Comissões de Contrapartidas apresentavam uma situação de completa submissão e incompetência negocial.

O que lhe peço para confirmar, nesta perspetiva e naquilo que referiu, é se considera que os sucessivos Governos, que acompanharam estes processos, nomearam pessoas desadequadas para acompanhar os processos e não dotaram as Comissões dos meios necessários para que as contrapartidas fossem cumpridas e, por isso, há aqui negligência por parte dos Governos portugueses no cumprimento das contrapartidas.

Por outro lado, se isso aconteceu não só não salvaguardaram o interesse nacional como, ao desafiarem um conjunto de empresas para entrarem nos processos, empresas essas que fizeram investimento, em alguns casos, para entrarem nestes processos e, depois, nem sequer foram ressarcidas desse investimento, também para além de não terem salvaguardado o interesse nacional ainda tiveram um papel desadequado para com a economia nacional.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Concordo, Sr. Deputado, com a pequena nota de que também não «compraria» muito a ideia de que as Comissões não teriam recursos.

Os recursos de uma Comissão, nomeadamente naquilo que referiu sobre a incompetência negocial, depende da capacidade ou da qualidade da pessoa que negocia... Um empresário sabe, por natureza, que não deve

negociar numa posição de fraqueza. Aliás, ninguém vai entrar numa negociação numa posição de fraqueza, mesmo que tenha que fazer das fraquezas força para chegar a uma negociação. E eu sentia que as Comissões, todas elas, partiam sempre da invocação da sua fraqueza, o que era darem-se por vencidas antes de começar a negociar e, digamos que, quando se representa um Estado, não se pode partir de uma posição de fraqueza.

Ainda hoje me custa muito, às vezes, quando o Estado português aceita Diretivas da União Europeia que são absurdas, como, por exemplo, as gaiolas para galinhas ou o tamanho das laranjas... Eu, muitas vezes, interrogo-me sobre se não era salutar a um Estado, supostamente fraco por ser pequeno, como o português, dizer assim: «não vamos cumprir essa Diretiva, porque é absurda!». Não está na nossa cultura!... Eu digo isto desde que proibiram a pesca da baleia nos Açores. Eu nunca terei aceitado!. É um absurdo! Diria: não cumprimos! E ficava muito curioso de ver o que é que a União Europeia ia fazer a seguir. Provavelmente, não fazia coisa nenhuma, porque era tão estúpido fazer que não fazia.

Isto para explicar que uma Comissão tem o poder negocial que o presidente da Comissão quiser que tenha e use-o ou não. Infelizmente, no caso português, todas as Comissões não o usaram. Porquê? Não sei!

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Mesmo para terminar, Sr. Presidente.

Bom, só poderá haver duas razões: ou as pessoas eram inadequadas ou, então, tinham orientações para o fazer assim.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Posso confirmar que as pessoas não eram inadequadas; eram pessoas com um passado profissional bastante longo, sendo que no caso do Sr. Embaixador, que seria a pessoa com menos experiência das coisas da indústria, tinha lá um almirante na Comissão e também tinha o Eng.º Felizardo, que, realmente, é verdade, como disse há bocado, também assessorava a Comissão, aliás, assessorava toda a gente!

Portanto, acho que as Comissões poderiam ter tido um papel completamente distinto e se não o tiveram não foi, da minha estimativa, por incapacidade profissional.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Então, depreendo que se inclina mais para a segunda hipótese, ou seja, que teriam orientações para funcionarem assim.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Orientações talvez...

O Sr. **Presidente**: - Tem ainda palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): - Era só para agradecer, porque não tenho mais questões.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - Muito obrigado, Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo cumprimentar o Sr. Dr. Henrique Neto.

Já muito foi dito e eu acho até que nem precisarei de usar o meu tempo todo e apenas desejo esclarecer alguns pormenores, alguns factos, e começo por estes dois, que deviam ser claros, mas, como a conversa vai muito longa, às vezes, perdemo-nos nestas coisas e é importante, depois, quando fazemos o relatório ter estes factos muito claros e não serem sujeitos a interpretações.

Aquilo que eu percebi foi que teve uma participação muito ativa na definição das contrapartidas dos helicópteros juntamente com a Escom, que a coisa acaba por correr mal e não entra na definição das contrapartidas no processo dos submarinos.

Baseando-me nisto, queria que me confirmasse se alguma das contrapartidas dos helicópteros foi ou não executada e se poderá ter acontecido, neste caso, aquilo que aconteceu com outras empresas, que foi ter sido exercida pressão para as empresas assinarem créditos com contrapartidas que não existiam.

Portanto, pergunto-lhe, se alguma vez, foi pressionado para assinar contrapartidas e para declarar que tinha recebido contrapartidas que nunca recebeu.

Recapitulando: se teve alguma participação nas contrapartidas de submarinos; se alguma contrapartida de helicópteros foi executada; e se alguma vez recebeu pressões para assinar coisas que não estava a receber.

O Sr. **Presidente**: -Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Sr.^a Deputada, como eu disse, as coisas correram muito bem e a Escom funcionou bem na fase de

se organizarem as contrapartidas e de se fazer o modelo e o plano das contrapartidas, que eles tinham que apresentar - pensava eu até hoje - em conjunto com a oferta dos helicópteros e dos submarinos.

Portanto, eles tinham todo o interesse em apresentar contrapartidas que fossem aliciantes para quem ia decidir e esforçaram-se por isso, bem como as empresas.

A partir do momento do contrato, as coisas começaram a correr mal. Claro que poderá dizer-se – e o Sr. Deputado já abordou isso – que foi na fase em que foi assinado o contrato dos submarinos e o contrato dos helicópteros que se as coisas começaram a correr mal e em que se deveria, eventualmente, precavermo-nos no caso dos submarinos.

Bom, as coisas não são tão simples e demorou algum tempo a perceber-se por que é que estavam a correr mal. Inicialmente, em meses ou, pelo menos, até um ano ou dois, havia a convicção - pelo menos, a minha - de que havia dificuldades, havia desacordos entre as empresas e a Escom, poderia haver ali coisas até que não soubéssemos, e houve um espaço de tempo até que – e foi só depois do contrato dos submarinos - se começou a verificar que aquilo era um *pattern*, era um modelo, que aconteceu nos helicópteros, que aconteceu nos submarinos e foi aí que eu e outros começámos a reclamar e a fazer algum barulho para que as coisas se fizessem. Houve estas pequenas *nuances*.

Quanto à segunda questão, que é o problema central, como digo no documento que li e que fica à disposição dos Srs. Deputados, já era prática anterior que acontecesse isso.

Eu até posso fazer uma confidência pessoal, que não tem muito a ver com isto, mas a minha atual mulher atual foi presidente de uma Comissão de Contrapartidas do Lockheed, eu fui parte interessada nessas contrapartidas e a minha mulher acabou por se demitir, porque o objetivo

era exportação de tecnologia e aquilo que aparecia eram faturas, como já aqui disse, de lençóis, de sapatos e não era esse o objetivo e ela, como presidente, ia recusando, o contrato não dizia isso e ela recusava...

Depois, o homem da Lockheed vinha cá, falava com o Sr. Secretário da Estado, que, aliás, é uma pessoa bem conhecida no nosso meio, e ele assinava.... De maneira que ela disse: mas que raio é que eu estou aqui a fazer? Eu recuso e ele assina?!... O melhor é ir-me embora. E foi-se embora. Portanto, eu já tinha uma tradição disto.

Pergunta-me: isto aconteceu neste caso? Eu estou convencido que sim. A Escom abordou-me uma vez... Bom, é necessário ver que as pessoas da Escom não são principiantes, são banqueiros, de alguma maneira, têm uma cultura própria, sabem falar das coisas... Portanto, não dizem assim: «olhe, você quer receber uma comissão?» Não dizem isto assim, mas, no fundo, nós sabemos que há lá uma ideia parecida com essa...! Portanto, apareceram algumas coisas como: «a gente tem que acabar com estas contrapartidas... Vocês não conseguem arranjar processos de fazer as contrapartidas?» Havia coisas deste género!

Enfim, eu, uma vez, disse mesmo: eu sei como é que se faz, faz-se assim e assim, mas para isso convidem outros não convidem a nossa empresa. Sei que, depois, alguns colegas meus foram a tribunal, não sei se estavam envolvidos nisso ou não estavam, mas a tentação é grande.

Repare: as pessoas estão a gastar dinheiro, não está a acontecer nada, estão, como disse no meu documento, a ser enganados, sentem-se enganados e aparece-lhes uma alternativa de fazer algum dinheiro... Não é?! Não julguemos facilmente as pessoas. A culpa grande não foi dos empresários portugueses, neste caso; os empresários portugueses foram vítimas.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - Para efeitos de *ata*, podia dizer apenas o nome do secretário de Estado que assinava as faturas dos lençóis perante a recusa da Comissão?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Tenho uma dificuldade enorme para nomes, mas era um senhor que atualmente, salvo erro, é Presidente da Associação de Bancos e foi presidente da Caixa Geral de Depósitos, mais tarde.

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Faria de Oliveira!

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Faria de Oliveira, exatamente.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - Nestes contatos com a Escom falou-nos de Miguel Horta e Costa. Pergunto: era ele o interlocutor da Escom nestas conversas das pressões para negócios que pudessem compensar a não realização das contrapartidas?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Era, sempre foi ele! Era ele que eu sempre considerei funcionário ou colaborador da empresa.

Li nos jornais que, aparentemente, era consultor, o que me custa um bocado a engolir pela simples razão que o irmão dele é quem tomava todas as decisões.

O Miguel Horta e Costa era o operacional, mas, sempre que havia uma decisão, ele ia falar com o irmão para o irmão decidir. E até, num determinado dia, em que eu tinha um problema numa outra área, de que já aqui falei, não foi o Dr. Miguel Horta e Costa que falou comigo, mas foi o Dr. Luís Horta e Costa, que tinha bastante poder.

O Sr. **Presidente**: - Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - Então, concordará com a interpretação, que não será uma interpretação abusiva depois do que falamos, que o papel da Escom neste processo era de colecionar contrapartidas falsas para ganhar concursos e inflacionar o preço dos equipamentos que eram vendidos pelo fornecedor ao Estado.

Parece-lhe esta uma explicação razoável para explicar aquilo que aconteceu?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Não, eu não sei quanto custa um submarino, nem sei quanto custa um helicóptero e, portanto, se eles inflacionavam ou não o preço eu não faço qualquer ideia.

Sei que eles assumiram, pela convivência de 10 anos que tive com eles, que as contrapartidas não iam acontecer. Disso não tenho a mais pequena dúvida! Ou seja, eles, como já disse aqui, tiveram um papel central em adiar, em atrasar, em complicar, em iludir a execução das contrapartidas e sobre isso não tenho a mais pequena dúvida. Fizeram-no coerentemente e até, se quiser, competentemente, pois, em última análise, se o objetivo era não fazer as contrapartidas, foram competentes.

O Sr. **Presidente**: - Sr.^a Deputada, por favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - Já nos falou da responsabilidade da Escom e que está muito claro, desde o início – pelo menos, é essa a interpretação -, que se assumia que as contrapartidas não eram para executar e a minha pergunta é a seguinte: não há também responsabilidade de quem assina os contratos, neste caso, tanto dos submarinos como dos helicópteros? Não haveria forma de salvaguardar os interesses das empresas, do Estado, do País? E os contratos podiam ou não estar mais blindados de forma a obrigar a execução das contrapartidas, ou seja, se os vários Governos que foram negociar abriram portas para que isto acontecesse?

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - É um bocado óbvio, Sr.^a Deputada, até pela simples razão que grande parte destes decisores são juristas, até os Ministros da Defesa eram quase todos juristas...!

É evidente que sim, Sr.^a Deputada. O que é que eu posso dizer?... O Estado português, que se rodeia de gabinetes de advogados, dos mais variados, que tem consultores, dos mais variados – e não estou a falar do Governo A, B ou C, nem de agora nem de há 10 anos -, tem tantos casos de incompetência jurídica (e não estou a falar apenas das contrapartidas, podia faltar das PPP, dos *swaps*, de todas essas coisas que vem nos jornais), que são um problema sério para o Estado português, são um problema seríssimo, acho eu, porque o dinheiro escoá-se por entre os dedos em coisas de que não se sabe o porquê... E a verdade é que as escolas de Direito em Portugal não são más, nunca ouvi dizer que fossem más. Não é um problema das escolas de Direito.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - É exatamente aí que queria chegar.

Parece de senso comum ou do bom senso que, se pagamos centenas de milhões de euros por material e nos oferecem ainda mais milhões de contrapartidas, alguma coisa é estranha neste processo, mas também parece de bom senso salvaguardar que as empresas, de facto, cumpram as contrapartidas e, quanto mais não seja, haver uma penalização para o caso de não cumprirem ou a possibilidade de resolução do contrato caso não cumprirem.

Portanto, só há aqui duas conclusões: incompetência, mas nesse caso, é muita incompetência e perguntamo-nos como é que pessoas tão incompetentes acabaram a gerir ministérios, ou, então, é por interesse, porque não há outra resposta. Ou é incompetência ou é por interesse!

Há declarações suas públicas em que, basicamente, afirma – e eu tenho aqui algures a citação – que estes negócios, dos submarinos e das contrapartidas, serviram interesses partidários e financiamento ilegítimo de partidos.

A minha pergunta é a seguinte: em que factos ou convicções se baseia para fazer estas afirmações, que, creio, derivam daquela conclusão que tirei antes, ou seja, ou é muita incompetência ou é interesse.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Dr. Henrique Neto.

O Sr. **Dr. Henrique José Sousa Neto**: - Posso dizer à Sr.^a Deputada que o grande problema destas contrapartidas é não terem explicação.

Ao longo da minha vida, desde que em miúdo li Descartes e outros sujeitos do mesmo tipo, sempre prossegui por uma cartilha de

racionalidade, acho que as coisas são racionais e procuro explicar as coisas pela racionalidade, sendo que as coisas têm que ter causas racionais.

Nesta questão das contrapartidas, confesso que procurei muitas causas racionais, coisas que eu percebesse, mas a voz do povo tem o seu poder e a voz do povo diz-nos que há interesses partidários em muitas áreas da governação, como aquilo que acabei de ler há bocado, numa carta que escrevi ao Sr. Deputado do PCP, na altura, que são os chamados interesses entre a política e os negócios e Portugal está cheio disso.

Se me pergunta se eu posso ir a tribunal provar isso, dir-lhe-ei que não posso.

O Sr. **Presidente**: - Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): - Cabe-nos a nós fazê-lo e espero que o possamos fazer no decorrer desta Comissão.

Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Pergunto aos Srs. Deputados, se pretendem usar da palavra numa segunda ronda de perguntas.

Pausa.

Creio poder deduzir que ninguém pretende usar da palavra e, por isso, resta-me dar por concluída a nossa audição de hoje.

O facto de ter vindo a esta Comissão de *motu próprio*, por iniciativa própria, se bem que após aprovada a sua vinda, não me dispensa de lhe

agradecer a sua presença, os esclarecimentos e as opiniões que nos trouxe, bem como a documentação que nos deixa.

Srs. Deputados, está encerrada a nossa reunião.

Eram 21 horas e 3 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.